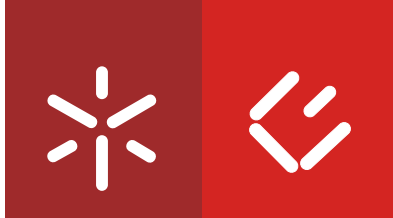


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Daniel Gonçalves Novo Gomes

**Educação: Instrumento de Humanização da
Economia?**



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Daniel Gonçalves Novo Gomes

Educação: Instrumento de Humanização da Economia?

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Orlando Petiz Pereira

abril de 2016

DECLARAÇÃO

Nome: Daniel Gonçalves Novo Gomes

Endereço eletrónico: pg27844@alunos.uminho.pt; danielgomes0808@gmail.com

Número do Cartão de Cidadão: 13940206

Título da Dissertação: Educação: Instrumento de Humanização da Economia?

Orientador: Professor Doutor Orlando Petiz Pereira

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Economia Social

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Para terminar este Mestrado e fase importante da minha vida quero deixar uma palavra de agradecimento sincero a todos aqueles que durante este percurso me acompanharam e contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

Aqui, completo mais um grande percurso repleto de altos e baixos: tal como todos aqueles que encontrei e encontrarei ao longo da minha vida.

A vida é composta por todos aqueles instantes, momentos, alegrias, tristezas, sorrisos, lágrimas, desafios, aventuras. É composta por tudo isso e, pelo mais importante: as *peçoas que são amigas e que nunca deixam de estar connosco!* Assim, agradeço:

À minha **Mãe, Pai e Irmão**, por estarem sempre comigo, me apoiarem, oferecerem uma palavra de coragem, carinho e, tantas outras coisas que é impossível descrever;

Aos meus **Avós**, idosos por excelência, sempre com uma palavra fraterna e olhar carinhoso;

Aos meus amigos e colegas de Mestrado, **Sandrina Esteves, Sílvio Seara e João Amorim** que me apoiaram com palavras de força, coragem e motivação ao longo deste percurso;

Ao meu orientador e Professor Doutor **Orlando Petiz Pereira** pela ajuda, disponibilidade, dedicação, ensinamento e paciência;

Ao Diretor do Mestrado em Economia Social, Professor Doutor **Paulo Reis Mourão**, pela confiança e apoio ao longo deste Mestrado;

E agradecer também a uma pessoa que me auxiliou durante o início da Dissertação de Mestrado e, que muito tenho em consideração e apreço.

A todos os outros, que não estando aqui referidos fazem também parte da minha vida e de alguma forma me ensinaram, ajudaram a aprender, a crescer, a evoluir e a ser um Ser Humano melhor, mais calmo, ponderado e seguramente mais confiante e feliz.

Obrigado!

DG

iii

Educação: Instrumento de Humanização da Economia?

Resumo

No momento atual, a crise económica, financeira, cultural e social tem demonstrado os limites e os impasses da Economia de mercado liberal. Neste sentido, importa promover um outro modelo, colocando o Ser Humano no centro das preocupações atuais. Como escreve o sociólogo Morin (2003) a gigantesca crise planetária é a crise da humanidade que não consegue aceder à humanidade.

Como defende Delors (1996) as questões da ação política, da Economia, da escola, da sociedade e a da evolução da humanidade estão ligadas às aprendizagens que decorrem da escola e que permanecem para a vida social: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a se conhecer, aprender a ser, aprender a agir e a construir. É dentro desta atmosfera que é nossa intenção interrogarmo-nos sobre a Política Social da Educação vigente em Portugal e o modo como esta pode ser uma oportunidade para “Humanizar a Economia”, tal como necessita a Economia Social.

Vários são os autores que refletiram sobre a Política Educativa e na vertente da Humanização. Favorecer a consciencialização e o compromisso na ação social e económica (Freire, 1997), ensinar o humano ao humano (Morin, 2003) e desenvolver programas de Humanização da Economia, são algumas das suas vertentes.

A Política da Educação guarda uma relação estreita com o domínio da Economia Social, dado que esta tem como objetivo a emancipação das pessoas e o exercício da cidadania económica, o que passa pela Educação, pela capacidade de cada um compreender o mundo, os seus desafios e os mecanismos que regem a Economia. Neste sentido, o presente trabalho perspetiva o desenvolvimento de uma Economia que se contrapõe ao modelo capitalista, colocando a pessoa no centro das suas preocupações. Apoiase no desenvolvimento de um espírito crítico e de uma apropriação dos princípios fundadores da Economia Social, como é o uso dos valores como: democracia, respeito, justiça social, cidadania, colaboração com tarefas sociais, não centrada no lucro, nem na individualidade, mas na criação de valor e na coletividade.

Palavras-Chave: Economia Social, Política Social, Política da Educação, Humanização.

Education: Humanising Instrument of the Economy?

Abstract

At the present moment, the economic, financial, cultural and the social crisis has shown the limits and the impasses of the liberal market economy. It is therefore important to promote another model, while putting the individual at the centre of the current concerns. As the sociologist Edgar Morin (2003) states the giant planetary crisis is the crisis of humanity that cannot access humanity.

However, as advocates Delors (1996), the issues of political action, the economy, education, society and the evolution of humanity are linked to learning arising from school and staying for social life: learning to know, learning to do, learning how to do, learning to be, learning to act and learning to build. Hence, it is our intention, to ask ourselves about the Social Policy of the current Education in Portugal and how it can be an opportunity to "humanise the economy."

There are several authors who have reflected about the educational policy, and on the perspective of humanisation. It is of paramount importance to stimulate awareness and commitment to social and economic action (Freire, 1997), teach the human to human (Morin, 2003) and develop programmes of humanisation of the economy, as some of its perspectives.

The education policy keeps a close relationship with the social economy in the sense that the latter is aimed at the emancipation of the people and the exercise of economic citizenship. This emancipation requires education, the capacity of each one to better understand the world, its challenges and the mechanisms which govern the economy. In this sense, the development of an economy that is opposed to a capitalist model, places the person in the centre of their concerns. It supports without fail the development of a critical spirit and an appropriation of the founding principles of the social economy (democracy, respect, social justice, be non-profit, citizenship, collaboration with social tasks).

Key-Words: Social Economy, Social Policy, Education Policy, Humanisation.

Índice

Capítulo I – Apresentação, contextualização e objetivos.....	1
Introdução.....	2
1.1 Contextualização e motivação.....	2
1.2 Questão de partida e objetivos da investigação.....	5
1.3 Organização do trabalho e percurso metodológico.....	6
Capítulo II – A Política Social.....	8
Introdução.....	9
2.1 Finalidades e objetivos da Política Social.....	9
2.2 Evolução Histórica da Política Social da Educação.....	14
2.2.1 Novas abordagens à Política Social da Educação.....	21
2.2.2 Portugal face ao desafio da Educação.....	23
2.3 Conclusão.....	25
Capítulo III – O Humanismo como princípio da Economia.....	26
Introdução.....	27
3.1 A Humanização da Economia.....	28
3.2 Humanizar à luz dos princípios de base social.....	33
3.3 Conclusão.....	34
Capítulo IV – Metodologia.....	35
Introdução.....	36
4.1 Questão e objetivos da Investigação.....	36
4.2 Modelo de Investigação.....	38
4.3 População-Alvo.....	40
4.4 Instrumentos e procedimento de recolha de dados.....	42
Capítulo V – Análise dos dados.....	47
Introdução.....	48
5.1 As entrevistas.....	48
5.2 Os questionários.....	63
5.3 Conclusão.....	74

Capitulo VI – Discussão e Conclusão.....	76
6.1 Discussão.....	77
6.2 Orientações futuras	84
6.3 Conclusão	87
Referências Bibliográficas	88
Anexos	93

Índice de Tabelas

- Tabela 1. A Educação consciencializa para que valores?.....	64
- Tabela 2. O sistema de ensino contribui para que vertente?.....	66
- Tabela 3. Que aspetos desenvolvem os planos curriculares?.....	67
- Tabela 4. A função dos professores.....	69
- Tabela 5. Valores difundidos pela escola.....	70
- Tabela 6. O que incute o plano de estudos.....	72
- Tabela 7. Aspetos para uma sociedade mais humanizante.....	73

Índice de Figuras

- Figura 1. Triângulo de bem-estar.....	11
---	----

Índice de Imagens

- Imagem 1. Concelhos do Distrito de Viana do Castelo e do Distrito de Braga.....	41
---	----

Índice de Quadros

- Quadro 1. Aspetos orientadores da Política Social em Portugal.....	13
- Quadro 2. Evolução da Educação em Portugal entre 1910 - 1950.....	16
- Quadro 3. Os valores e os desafios da Política da Educação.....	49
- Quadro 4. Educação como instrumento de desenvolvimento humanizante da Economia.....	50
- Quadro 5. Humanização: o futuro da Educação e sua relação com a Economia Social.....	52

Lista de Abreviaturas

ES – Economia Social

TS – Terceiro Setor

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

Esec – Ensino Secundário

Capítulo I – Apresentação, contextualização e objetivos

Introdução

O presente trabalho surge no âmbito do Mestrado em Economia Social, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho e intitula-se “Educação: Instrumento de Humanização da Economia”.

Dada a sua importância, espera-se que seja um contributo positivo para o desenvolvimento da investigação no domínio da Economia Social. Como refere Azevedo (2015), é preciso mudar o paradigma da Educação em Portugal. É neste sentido que estamos a trabalhar, com o intuito de se (re)construir o Homem adaptado a uma Economia Social, que desafia as orientações da Humanidade, humanizando-a.

1.1 Contextualização e motivação

A Política da Educação guarda uma relação estreita com o domínio da Economia Social, doravante designada por ES, dado que esta última tem como objetivo a emancipação das pessoas e o exercício da cidadania económica. Tal emancipação passa pela Educação, pela capacidade de cada um compreender o mundo, os seus desafios e os mecanismos que regem a Economia.

No presente trabalho, as nossas preocupações passam por:

- (i) Enquadrar a Política Social, suas finalidades e objetivos;
- (ii) Investigar a evolução histórica e novas abordagens à Política Social da Educação, aferindo os seus valores e princípios;
- (iii) Verificar o Humanismo como princípio da Economia;
- (iv) Evidenciar proposições teóricas e metodológicas para um programa interdisciplinar de Humanização da Economia;
- (v) Olhar para o domínio da Economia Social e tentar averiguar se a Educação está a humanizar a sociedade à luz dos princípios de base social.

Cientes de que um dos temas atuais na investigação em Economia é a influência das Políticas Sociais e das questões inerentes à inclusão e Humanização, a seleção sobre o tema advém do interesse em averiguar de que forma a Política da Educação está a ser positiva para o

desenvolvimento do Homem face às significativas alterações operadas na sociedade atual. Pretende-se que o presente trabalho constitua uma via de eleição para garantir a qualidade do desenvolvimento da investigação no domínio da ES e da Educação. Neste sentido, estamos convictos que podemos ajudar a consolidar a atuação e o reconhecimento dos profissionais na área da Educação e da Economia, junto das populações, sensibilizando para a promoção da qualidade de vida e para os valores, com vista a uma Educação para o futuro. Para tal, torna-se pertinente analisar em que medida surgem as políticas sociais, e neste domínio, revelam-se as Políticas Públicas.

As Políticas Públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações interrelacionadas entre si, tomadas por um ator ou conjunto de atores políticos, respeitante à escolha de objetivos e meios para os alcançar no contexto de uma situação específica.

Existem, de acordo com Pereirinha (2008, p.17), três aspetos essenciais que caracterizam qualquer Política Pública:

- (i) Ser um conjunto de decisões e não uma decisão isolada, descontextualizada de um conjunto mais alargado de decisões;
- (ii) Envolver atores políticos nessas decisões, tomadas por agentes com poder legitimado;
- (iii) O facto de essas decisões consistirem em identificar objetivos a alcançar e em escolher os meios no âmbito do poder que têm.

Contudo, de acordo com a mesma fonte, para que se identifique uma Política Pública e proceder à sua caracterização, é necessário ter em conta dois aspetos fundamentais: (1) a subsistência (o que a política faz) e, (2) o processo (como a política é feita). Quando se pretende distinguir uma certa política, relativamente a outra (por exemplo, comparar a política de Educação de um governo, com a política de Educação do governo anterior) é preciso que se identifique em cada uma, as finalidades que pretendem atingir (por exemplo, Educação para todos) e, para as alcançar, quais são os objetivos que se pretendem prosseguir (por exemplo, criar uma rede de estabelecimento públicos de ensino que cubra as necessidades da população), e nos casos em que estes objetivos sejam quantificáveis, o valor fixado para as metas. Contudo, é necessário conhecer os instrumentos utilizados para alcançar esses objetivos (por exemplo, construir novas escolas). Conhecer “a substância de uma política significa

identificar as finalidades, os objetivos e os instrumentos de política”. Só assim, se chega à identificação das políticas sociais ou da Política Social propriamente dita (Pereirinha, 2008, p.18). Simultaneamente, no que diz respeito à forma como são feitas, é essencial na sua caracterização, o conhecimento de quais os atores que intervêm e como o fazem, bem como a forma como a política é executada. Desta forma, com o presente trabalho pretendemos também evidenciar em que medida a Política Social vai ao encontro da prática, no sentido de nos auxiliar a construir um instrumento útil para humanizar a Economia.

É urgente atuar no âmbito de uma mudança ao nível dos valores e comportamentos vigentes, com implicações na definição e implementação da Política Social. De acordo com a literatura, o papel do Estado enquanto ator responsável pela proteção social dos indivíduos tem sido debatido, colocando questões acerca dos outros setores da Economia e de novos atores sociais.

Espera-se que o presente trabalho contribua para se perceber de que forma o Estado e as suas políticas funcionam e são benéficas para a sociedade, sendo o agente regulamentador da vida e saúde social, política e económica do País. Tais considerações enquadram-se na orientação do bem-estar social e na garantia dos serviços públicos e direitos à população (Educação, assistência médica, auxílio no desemprego, entre outros). Assim, procurámos repensar formas de conceber e tornar operacionais estratégias benéficas para a Educação, à luz das conceções da Economia Social, num equilíbrio sustentado entre a Política Social e a Humanização.

1.2 Questão de partida e objetivos da investigação

A necessidade e o crescimento de valores económicos tendentes à procura de soluções para o panorama atual que afetam a sociedade de hoje, torna a reflexão em torno da Política da Educação e da Humanização da Economia uma questão indispensável e adequada. Indispensável, pois a política educacional (componente da Política Social), insere-se no âmbito do processo de desenvolvimento social, estando intrincada na comunidade como recurso estratégico para a transformação dos valores da sociedade. Adequada, porque a Humanização da Economia, é uma proposta que visa transformar a Economia para o desenvolvimento e consolidação de valores sociais, com respeito pelo Homem (como pessoa e como comunidade), num momento atual de anomia económica e uma crise que extravasa o domínio económico/financeiro. Assim, com esta reflexão formulamos a nossa questão central do estudo:

- A política da Educação, atualmente está a ser encarada como um instrumento para humanizar a Economia?

Com esta questão, reforçámos também a nossa motivação para estudar a Política Social enquanto garante do bem-estar na sociedade, identificando o papel do Estado, enquanto promotor do acesso à Educação e ao conhecimento, para o desenvolvimento económico sustentável do País. Tais constatações têm implicações práticas para a abordagem operacional da Economia Social. Neste contexto, como exemplo das nossas preocupações, apresentamos algumas questões:

- Qual a importância da intervenção do Estado para a Economia, enquanto principal agente regulamentador?
- Em que medida pode a Educação ser uma mais-valia para a Economia e para a sua “Humanização”?
- Estará a Política da Educação a estruturar melhores desempenhos económicos e sociais?

Decorrente destas reflexões, a nossa preocupação orienta-se no sentido de situar um tema que permita olhar a sociedade de uma outra forma, mais humana e holística, com uma abordagem social e humanizante, capaz de atuar no desenvolvimento da ES. Tal análise assenta no seguinte objetivo:

- Refletir sobre a importância das Políticas Públicas para a inclusão, neste caso sobre a Política da Educação. Pretendemos averiguar se a Política da Educação em Portugal está a ser um instrumento de inclusão e de Humanização da Economia.

Simultaneamente é nossa pretensão entender a experiência, o significado e os problemas/desafios/oportunidades que a Educação acarreta no sentido de contribuir para a Humanização, convergente com o domínio da Economia Social. Como objetivo específico do estudo, a nossa intenção transpõe-se:

- Na orientação e criação de uma potencial disciplina, como unidade curricular obrigatória a incluir no plano de estudos, de forma a transmitir, entre outras, questões voltadas para a evolução consciencializada de valores sociais (cidadania, respeito pelo outro, solidariedade, coesão social), que respeitem de forma holística o indivíduo e, desenvolva novas formas de ser, de estar e de atuar em sociedade.

1.3 Organização do trabalho e percurso metodológico

Após a formulação da questão e dos objetivos do estudo, em termos metodológicos, a nossa orientação pautou-se pela estruturação de sete capítulos distintos:

- (i) O primeiro capítulo diz respeito à apresentação do trabalho, sua contextualização e principais objetivos;
- (ii) O segundo capítulo apresenta a Política Social, as suas finalidades, objetivos, abordagens, bem como uma resenha histórica acerca da Política Social da Educação em Portugal;

- (iii) O terceiro capítulo introduz o termo “Humanização” e reflete acerca dos seus princípios, valores e orientações à luz da Economia Social;
- (iv) O quarto capítulo diz respeito à metodologia utilizada, sendo de cariz misto (qualitativo e quantitativo), do tipo exploratório, através da aplicação de entrevistas e inquéritos por questionário a uma amostra da população-alvo. Apresenta a questão de partida e os objetivos da investigação, o modelo utilizado, a população-alvo, bem como a descrição dos instrumentos e procedimento da recolha de dados;
- (v) O quinto capítulo refere-se à análise dos dados obtidos através da aplicação das entrevistas e dos inquéritos;
- (vi) O sexto capítulo apresenta a discussão dos resultados e as principais conclusões, fazendo o aporte para todo o trabalho desenvolvido, deixando pistas e orientações para trabalho futuro.

Capítulo II – A Política Social

Introdução

A Política Social é olhada pela literatura no domínio, como a atuação dirigida à promoção e garantia do bem-estar. Na perspetiva de Pereirinha (2008, p.17) é “uma área de atuação da Política Pública, com finalidades sociais. Pode ser entendida como uma disciplina científica com objeto e métodos científicos próprios, fazendo parte do conjunto das ciências sociais, distinta da sociologia e da ciência política”.

O conceito de Política Social surge, de acordo com Coutinho (2003) num percurso repleto de alterações e orientações económicas, cruzando perspetivas de desenvolvimento humano na comunidade. Está de acordo com a mesma autora, definida do topo para a base, ou seja, é o Estado que cria condições para o bem-estar, formulando Políticas conducentes com os propósitos que espera alcançar.

2.1 Finalidades e objetivos da Política Social

A Política Social prossegue a finalidade de garantia e promoção do bem-estar na sociedade. É um conceito complexo, normativo, e como tal, de diferente compreensão por vários indivíduos. Assume e envolve algumas dimensões relevantes para a caracterização desta forma de atuação política.

Na ótica de Pereirinha (2008, p.20) o bem-estar é um conceito complexo que tem a ver com:

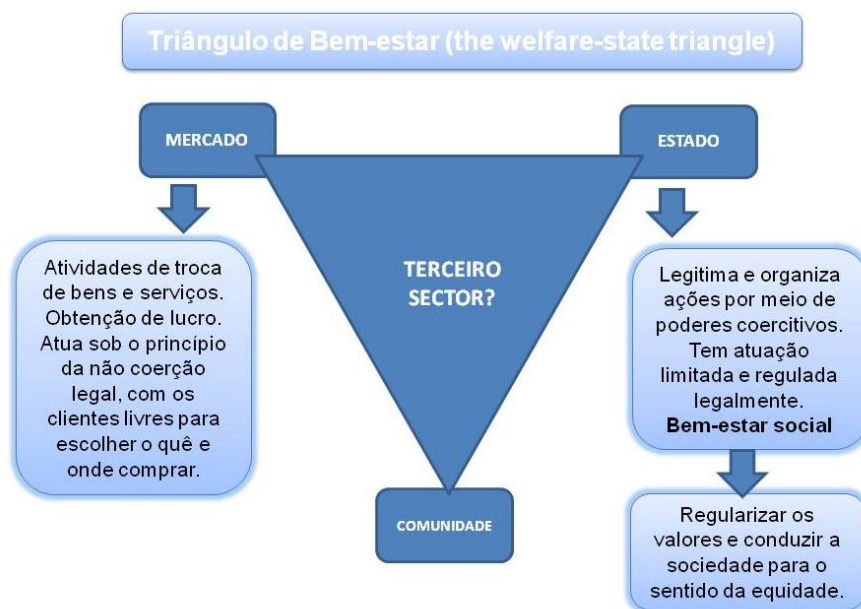
- (i) A satisfação de necessidades, enquanto construções sociais, de carácter normativo, relativamente à sociedade a que respeita;
- (ii) A garantia de direitos sociais, isto é, de um conjunto de direitos que completando os direitos civis e políticos, se consubstanciam na produção de bens e serviços dirigidos à satisfação das necessidades;
- (iii) A fatores relativos à sociedade que estão na origem da não satisfação das necessidades, isto é, de não garantia da realização de direitos (fatores como os de natureza demográfica, do ritmo de crescimento económico, alteração das características do emprego, etc.);

(iv) A percepção coletiva, pela sociedade do bem-estar, ou seja, assenta a sua legitimidade no reconhecimento pela sociedade.

Tem uma finalidade coletiva e pretende garantir a promoção do bem-estar. Não podemos abordar a Política Social e a sua finalidade, sem destacar os vários objetivos que lhe são implícitos, nomeadamente, nas suas três formas de atuação. É necessário evidenciar as “*atuações redistributivas*”, inerentes aos direitos sociais, assumindo na sociedade, a natureza de direitos-crédito, isto é, a afetação de recursos com finalidades sociais. Tal aspeto traduz-se numa provisão do bem-estar (produção de bens e serviços), e no seu financiamento. Em segundo lugar, importa abordar a “*gestão de riscos sociais*”, inerente à existência de risco e incerteza da sociedade, com origem no funcionamento da sociedade e que põem em causa a realização de direitos sociais.

Finalmente, a promoção da “*inclusão social*”, que assenta no reconhecimento da existência de formas de exclusão e que se traduzem na não realização de direitos de cidadania ou mesmo de rutura de laços que ligam os indivíduos à sociedade (mercado de trabalho, integração social). Contudo, estas formas de atuação têm subjacente um domínio de direitos, que nos remetem para o conceito de Estado Providência. De acordo com o mesmo autor, ao Estado competem funções de produção/organização de atividades de produção de bem-estar, de regulação e financiamento de atividades de produção realizada por agentes privados. Além deste aspeto, as reformulações de privatização dos serviços sociais (saúde, proteção social, etc.), constituem elementos que em articulação com o setor privado lucrativo e o setor privado não lucrativo - triângulo de bem-estar – configura novas formas de provisão do bem-estar que caracteriza a Política Social atual.

Figura 1. Triângulo de bem-estar



Fonte: Elaboração própria (Adaptado de Evers, 1995; Almeida, 2011, p.95).

O triângulo de bem-estar (Figura 1.) fornece um suporte adequado para situar o lugar estrutural do Terceiro Setor, doravante designado por TS, surgindo como uma dimensão do espaço público na sociedade. Ou seja, “é uma área social caracterizada pela associação não coerciva, pela representação dos interesses políticos e sociais, pela solidariedade, pela ajuda e pela autoajuda” (Evers, 1995, como citado em Almeida, 2011, p.95). De acordo com o autor, existe uma tendência na Economia, cujo objeto é de índole social, o que se contrapõe às orientações da maximização do lucro e da satisfação de necessidades individuais. Tal tendência, não tem como missão apenas o lucro, mas uma missão educacional, cultural, de investigação, de lazer, de apoio social, ou defesa dos direitos humanos. Este tipo de organização designa-se por Terceiro Setor termo que, para o autor, se aproxima da noção de Economia Social. No entanto, revela que o TS não pode ser apenas situado no triângulo entre o Estado, o mercado e a comunidade, não só porque possui uma lógica única de funcionamento com atores, processos e quadros cognitivos próprios, mas também porque é um dos nós da configuração institucional das Economias. Este nó acarreta também valores como a coesão social, a solidariedade, a responsabilidade social, a participação, a gestão democrática e a autonomia, capazes de

assegurar, no limite, a sustentabilidade do desenvolvimento económico/financeiro. Um dos domínios de atuação do TS (para além da inclusão social, emprego, desenvolvimento local, etc.) é a Educação, que assume uma contribuição profunda para a otimização dos sistemas de ensino e aprendizagem, com a transmissão de ferramentas de ensino eficazes e orientadas para o bem-estar em sociedade. Como tal, uma relação entre o TS e o Estado, permite uma atuação mais eficaz na prestação de serviços, como a defesa dos direitos humanos, a saúde e a Educação. Nesta atmosfera, e nas palavras de Pereirinha (2008, p.25), a atuação primordial do Estado deve centrar-se nestas cinco áreas:

- i. Educação;
- ii. Saúde;
- iii. Habitação;
- iv. Segurança social;
- v. Ação social.

Pode referir-se que a Política Social se confina às Políticas Públicas, através das quais alcança o bem-estar, através da realização dos seus direitos sociais, firmado na sociedade e nos seus princípios, como nos revela o mesmo autor. Neste contexto, encontram-se as novas formas organizativas, que resumimos da seguinte forma:

- i. *Políticas de natureza sectorial*, correspondendo aos direitos universais (segurança social, Educação, saúde, habitação), destinadas a garantir os direitos aos cidadãos;
- ii. *Políticas de natureza categorial*, dirigidas as grupos sociais (idosos, jovens), ou a problemas sociais (toxicodependência, alcoolismo);
- iii. *Políticas de natureza global*, que são formas mais complexas de atuação, centradas não em grupos sociais, mas em dinâmicas locais de atuação, ao nível territorial, de agentes económicos e atores sociais (como por exemplo, a exclusão social).

De acordo com a mesma fonte, a Política Social sofre influências ao nível infranacional (territorial regional local) e supranacional (modelo social europeu), esbatendo com a natureza

nacional que caracterizava o Estado-Providência. Em todo o caso, é necessário novas formas de coordenação ao nível das políticas sociais, no sentido de se ajustarem às necessidades de intervenção e de coordenação com as diversas políticas (como é o caso da política económica e a política do emprego).

Face ao exposto, os principais aspetos orientadores da Política Social em Portugal, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, são:

Quadro 1: Aspetos orientadores da Política Social em Portugal

Aspetos orientadores da Política Social em Portugal		
Domínios	Direitos	Políticas
Emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Direito ao trabalho; - Igualdade de Oportunidades; - Retribuição justa do trabalho; - Condições de trabalho dignas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas de emprego; - Formação Profissional; - Salário Mínimo.
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Direito universal ao ensino com garantia de igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; - Estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino; - Criação de uma rede de estabelecimentos públicos que cubra as necessidades de toda a população.
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Direito à proteção de saúde; - Garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, medicina preventiva, curativa e de reabilitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço Nacional de Saúde universal e geral, tendencialmente gratuito e de gestão descentralizada e participada;
Habituação	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Política de habitação inserida em planos de ordenamento de território; - Promover a construção de habitações económicas e sociais.
Proteção Social	<ul style="list-style-type: none"> - Direito à proteção na doença, velhice, invalidez, desemprego, escassez de meios de subsistência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar, coordenar e subsidiar sistema de Segurança Social; - Apoiar e fiscalizar a atividade das IPSS.

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Pereirinha, 2008).

Com os aspetos evidenciados no quadro 1, no caso específico da Educação em Portugal, a Política Social, orienta-se no sentido de assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito, estabelecer a gratuitidade de todos os graus de ensino, como também criar uma rede de estabelecimentos públicos para cobrir as necessidades da população. Aspetos

fundamentais para problemas sociais acentuados, quer pela dificuldade económico-financeira dos indivíduos (devido ao aumento do desemprego), quer pelos impasses derivados de um modelo capitalista, que parece não colocar a pessoa no centro das suas preocupações.

2.2 Evolução Histórica da Política Social da Educação

A Educação é uma das grandes preocupações do Ser Humano. Responsável pela difusão do conhecimento, da realidade e das boas práticas, assumiu-se desde cedo como um dos maiores fenómenos globais, consagrando raízes locais e universais. Teodoro (2003, p.128) concorda que a consolidação do modelo escolar entre os séculos XVI e XVIII, em detrimento dos modos antigos de aprendizagem, é fruto de um extenso processo de relações sociais, modificações e orientações normativas respeitantes ao mundo e aos homens.

Durante estes três séculos, o modelo escolar foi aperfeiçoado perante o poder tutelar da Igreja. Contudo, só a partir do século XVIII se iniciaram ruturas e transformações económicas, sociais e políticas que alteraram o campo da Educação e da organização da vida social. O Estado substituiu o lugar da Igreja no campo da Educação, tornando-se o mais importante agente de expansão da Educação.

A Política Social parece ser uma aquisição recente das sociedades industrializadas desenvolvidas, principalmente por parte dos países capitalistas. Surge na Europa, em finais do século XIX, com uma capacidade de organização social e económica positiva (Carreira, 1996).

Devido às especificidades económicas, sociais e políticas, Portugal manteve-se à margem da institucionalização das políticas sociais. No entanto, desde o início do mesmo século tornou-se obrigatório e gratuito o ensino público primário, numa Política Social educativa, entre 1970 e 1975, que teve um impulso significativo, num período marcado pela crise económica mundial.

Em 1772, “criou-se o ensino primário oficial e gratuito, com um mapa de escolas públicas e planeou-se pela primeira vez uma rede de escolas, cobrindo as principais áreas do país. O ensino estava ligado à família e à Igreja. As escolas eram 479, e as secundárias 358. Em 1773 alargou-se o número para mais 47 primárias e 40 secundárias. Existia apenas uma Universidade em Portugal - a de Coimbra - permanecendo as Faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, e ainda as Faculdades de Matemática e de Filosofia Natural” (Carreira, 1996, p.164).

Em meados de 1790, surge a instalação oficial do ensino feminino, que para além de ler e escrever, era ensinado a fiar, coser, bordar e cortar. Posteriormente, em 1835 surge o “Regulamento Geral da Instrução Primária” que assegurava a instrução a todos os cidadãos gratuitamente em escolas públicas. Cinco anos depois passam a existir 991 escolas primárias, sendo 25 do sexo feminino. Inevitavelmente, a par desta evolução, são introduzidas no plano curricular além da Língua e Literatura Portuguesa e latina, o Francês, o Inglês, o Alemão, a Geografia, a História, a Matemática, as Ciências Físicas e Naturais, a Filosofia e o Desenho. Neste quadro, procurava-se então um equilíbrio entre as humanidades e as ciências, conferindo ao ensino secundário uma *“função formativa do aluno pelo pleno desenvolvimento da inteligência e das suas capacidades pessoais”* (Carreira, 1996, p.165).

Anos mais tarde, com a institucionalização da República, o ensino possuía um grau de analfabetismo de 75,1%, existindo cerca de 5552 escolas primárias, 32 liceus e 1 Universidade. Neste sentido, considerou-se prioritário combater os problemas tradicionais do ensino (analfabetismo, insuficiente numero de escolas primárias, baixa preparação pedagógica e científica, reduzida situação pedagógica). Em 1911, a República definiu novas categorias e graus de ensino. Criaram-se escolas primárias em cada freguesia e para cada sexo, e também jardins-escolas em Coimbra, sendo que em 1927 havia cinco espalhadas pelo País. Esta reforma apresentava duas categorias de ensino: o infantil e o primário. Passaria a integrar 3 graus: elementar, complementar e superior, com a duração de três, dois e três anos. Era facultativo e gratuito, sendo *“as primeiras formas da verdadeira escola do futuro”* (Carreira, 1996, p.165).

No entanto, nas palavras do mesmo autor, considera-se que o ensino secundário foi a área com uma ação menos inovadora, mesmo que a reforma de 1918 tenha alterado os planos de estudo de forma a realizar *“uma síntese do humanismo tradicional e seus objetivos formativos e do positivismo, que visa a preparação para a vida, através da ciência e da experimentação”* (Carreira, 1996, p. 176).

Resumidamente o Quadro 2 (Evolução da Educação em Portugal entre 1910-1950) salienta o balanço nas estatísticas sobre o ensino.

Quadro 2: Evolução da Educação em Portugal entre 1910 – 1950

Evolução da Educação em Portugal (1910-1950)							
	1910	1911	1925	1926	1930	1940	1950
% Analfabetos		75,1%			67,8%	46%	20%
% Frequência no ensino primário		22,7%		29,4%			
% Indivíduos que sabem ler		67,8%			58,3%		
Número de escolas primárias	5552			6657			
Número de liceus oficiais	32			33			

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Carreira, 1996, p.176).

Perante uma elevada taxa de analfabetismo, em 1911 (75,1%) foram criados mais postos de ensino, para este fenómeno, apesar de em meados do século XIX, nos encontrarmos ainda numa posição mais atrasada relativamente a outros países da Europa no que diz respeito à Educação.

Todavia, a Educação sofria contratempos. Num tempo em que estava destinada a incutir a “virtude”, e não a propiciar o treino profissional ou a transmitir conhecimentos úteis, a escola passou a ser concebida mais como instrumento vantajoso de doutrinação, do que um local de aprendizagem para a vida profissional. Da mesma forma, também eram utilizados os professores, como instrumentos de doutrinação política e religiosa. A aprendizagem cingia-se a saber ler, escrever e contar, mesmo com uma significativa evolução no aumento do recrutamento de mulheres. Em 1911 existiriam cerca de 54% de docentes do sexo feminino, vistas como “*dóceis, baratas e politicamente conservadoras para educar os filhos dos pobres*” (Carreira, 1996, p. 189). É neste contexto, que se orientaram novas soluções perante as preocupações decorrentes da Educação, uma vez que a carreira de docente se mantinha “*morosa, instável, e até à efetivação rigorosa, mal remunerada e cada vez mais desprestigiada*”.

Acelerou-se o recrutamento e a profissionalização dos professores e instituiu-se o bacharelato, face às necessidades de preparação de maior número de docentes (Carreira, 1996).

Atravessando algumas décadas de reformas na Educação, só em 1973 é que foi possível aprovar a reforma do sistema educativo português. Isto porque a reconstrução europeia (fruto da 2ª Guerra Mundial) e as Economias industrializadas a crescer fortemente, evidenciavam a inadequação dos fins, dos instrumentos e dos resultados de uma política educativa que não preparava os alunos, nem em número, nem em qualidade, para as necessidades dos novos tempos.

Face a estas considerações, será que este pressuposto está a voltar aos dias de hoje, existindo uma Educação que deve ser revista e otimizada no sentido de oferecer mais qualidade e melhores desempenhos económicos e sociais?

É visível que se procedeu a uma reforma global do sistema educativo, por Veiga Simão, fomentando a Educação pré-escolar, prolongando a escolaridade obrigatória, reconvertendo o ensino secundário e expandindo o ensino superior. Atribuiu-se a todos os indivíduos o direito à Educação, mediante vários graus de ensino, tornou-se efetiva a obrigatoriedade de uma Educação básica generalizada e procurou-se facilitar às famílias o cumprimento do dever em educar os filhos. Tal concretiza-se, no ensino pré-escolar, no ensino básico (primário e preparatório), o ensino secundário, a formação profissional e ainda o ensino superior. Desta forma, a reforma de 1973, permitiu *“uma Educação ao serviço imediato do desenvolvimento, capaz de preparar a grande massa dos cidadãos para a vida da liberdade responsável e para a participação ativa no progresso nacional, para que não se perdesse o comboio da Europa”* (Carreira, 1996, p.197). Criaram-se mais postos de trabalho, formaram-se mais docentes, mais alunos, desenvolveram-se mais escolas, projetavam-se quatro universidades, onze institutos politécnicos e nove escolas normais superiores.

A Educação continuou a evoluir e até 1986, foram criadas novas estratégias como é o caso da criação do sistema público pré-escolar, a introdução do “*numerus clausus*” no ensino superior, a aplicação do método de avaliação contínua no ensino secundário, a criação do 12º ano e até a unificação de vias até ao fim do 3º ciclo do ensino básico. Após se ter adaptado o ensino secundário a dar origem ao 10º e 11º ano de escolaridade, em 1980 surge o 12º ano. Apresenta-se com um duplo objetivo: preparar para o ingresso no ensino superior (com a

aprovação de todas as disciplinas do respetivo plano de estudos da via de ensino) e o início de uma profissionalização orientada para a inserção direta na vida ativa.

Finalmente, em 1986 foi publicada a lei que definiu o atual sistema educativo: A Lei de Bases do Sistema Educativo, doravante designada por LBSE, composta por um conjunto de princípios gerais e princípios organizativos, entre os quais, o reconhecimento do direito à Educação e cultura; da liberdade de aprender e de ensinar; da descentralização, desconcentração e diversificação das estruturas e ações educativas; ou ainda a contribuição para o desenvolvimento do espírito e da prática democrática.

Face a estas considerações, a nova estrutura do sistema educativo compreende: a Educação pré-escolar, a escolar e a extraescolar, sendo que a escolar engloba os ensinos básico, secundário e superior. O primeiro é universal, obrigatório e gratuito, com um 1º ciclo de 4 anos, um 2º ciclo de 2 anos e um 3º ciclo de 3 anos. O segundo tem a duração de 3 anos e contempla cursos orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento dos estudos. O terceiro pode ser universitário ou politécnico, sendo que o universitário proporciona uma preparação científica e cultural, formação técnica para fomentar o desenvolvimento de capacidades de conceção, inovação e análise crítica; enquanto o politécnico proporciona uma formação cultural e técnica de nível superior, mas está mais voltado para as questões teóricas e práticas e aplicações para o exercício de atividades profissionais. Finalmente a extraescolar engloba outras atividades de Educação, aperfeiçoamento, entre outras.

Face ao exposto, na presente caracterização da evolução histórica da Educação, torna-se também indispensável apresentar a estrutura curricular do ensino básico e secundário.

Os planos curriculares do ensino permitem iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira no 1º ciclo. No 2º ciclo deverá iniciar-se essa aprendizagem e no 3º ciclo iniciar uma segunda língua estrangeira. No secundário é possível aprender pelo menos 2 línguas estrangeiras. Simultaneamente, os planos curriculares compreendem uma área não disciplinar, a decidir pela escola. Visa-se não disciplinar a concretização dos saberes, através de atividades e projetos multidisciplinares, favorecendo a aquisição de espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, morais e cívicos. Tal plano, para além do obrigatório ensino do Português, confere à escola um papel importante de valores cívicos que preparem o aluno para a participação nas instituições democráticas. Também foi incluída a disciplina de *Desenvolvimento Pessoal e Social*, apresentando como componentes a ecologia, o consumidor, a familiar, a

sexual, a saúde, entre outras. Em alternativa aparece também a *Educação Moral e Religiosa Católica*, sendo obrigatória a frequência de uma ou outra disciplina.

Neste sentido, o Ensino Secundário, doravante designado por ESec, de acordo com a Direção Geral de Educação (2016), visa proporcionar uma formação e aprendizagem diversificada, estando dividido em várias vertentes:

- i) Cursos Científicos-Humanísticos;
- ii) Cursos com Planos Próprios;
- iii) Cursos Artísticos Especializados;
- iv) Cursos Profissionais;
- v) Ensino Secundário na Modalidade de Ensino Recorrente;
- vi) Cursos Vocacionais.

Destas vertentes, destaca-se os cursos Científico-Humanísticos que constituem uma oferta educativa vocacionada para o prosseguimento de estudos de nível superior (universitário ou politécnico), ou para iniciar uma vertente profissional. Destinam-se a alunos que tenham concluído o 9.º ano de escolaridade ou equivalente, têm a duração de 3 anos letivos, correspondentes ao 10.º, 11.º e 12.º ano de escolaridade e conferem um diploma de conclusão do ESec (12º ano), bem como o nível 3 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).

Resumidamente, a matriz geral destes cursos Científicos-Humanísticos incluem:

- i) Curso de Ciências e Tecnologias;
- ii) Curso de Ciências Socioeconómicas;
- iii) Curso de Línguas e Humanidades (Ciências Sociais e Humanas);
- iv) Curso de Artes Visuais.

Os planos destes cursos integram:

- (1) A componente de *formação geral*, comum aos quatro cursos, constituída pelas disciplinas de Português; Língua Estrangeira I, II ou III (Alemão, Espanhol, Francês ou Inglês); Filosofia e Educação Física.
- (2) A componente de *formação específica*; constituída por uma disciplina trienal (10º, 11º e 12º ano) obrigatória, por exemplo, Matemática A, História A ou Desenho A); duas disciplinas bienais (10.º e 11.º anos), sendo ambas

obrigatoriamente ligadas à natureza do mesmo (por exemplo, Biologia e Geologia; Física e Química A; Geografia A); duas disciplinas anuais (12.º ano), sendo uma disciplina obrigatoriamente ligada à natureza do curso e a outra disciplina ligada a diversas áreas do saber (por exemplo, Biologia e a outra Filosofia; Economia C e a outra Psicologia; ou Sociologia e a outra Ciência Política).

(3) A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, de frequência facultativa.

De acordo com a LBSE (Pires, 1987), cabe a um único organismo a responsabilidade da coordenação de toda a política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições ou entidades que o compõem: o Ministério da Educação. Os seus princípios passam pelo direito à Educação e cultura, democratização do ensino com igualdade de oportunidades, o direito à criação de escolas particulares e, que o Ser Humano deveria ser livre, responsável, solidário, respeitador, crítico e consciente com valores morais, éticos, cívicos, entre outros.

Enquanto que o ESec anterior à LBSE se concluiu no 11º ano, mas tinha de ser seguido por um 12º ano (para entrada no Ensino Superior), o ESec pós a LBSE concluiu-se no 12º ano. Então, parece-nos que esta nova reforma da organização dos ensinos oferece a vantagem, relativamente à anterior LBSE, pelo que propicia uma maior inteligibilidade do sistema de formação, distinguindo claramente a Educação básica, geral, comum e indispensável a todos, das formações secundárias (Conselho Nacional de Educação, 1996). Em contrapartida traz também desvantagem enquanto que o ensino não oferecer no seu meio outras alternativas para os que não conseguem completar devidamente a escolaridade, os casos de abandono ou insucesso escolar repetido.

É necessário aperfeiçoar instrumentos criando uma peça-chave para as políticas da Educação em Portugal, organizando um sistema de levantamento de necessidades ao nível nacional/sectorial, regional e empresarial. Apreciando estas considerações à luz da LBSE, e pensando no que está a acontecer atualmente na sociedade, será que a Educação não merece ser olhada sob uma nova perspetiva? Será que a Educação não merece uma alteração de paradigma, criando novas estratégias para combater ou atenuar uma “aparente” falha nos “valores económicos, sociais e humanos” por qual a sociedade, presentemente, se parece reger?

2.2.1 Novas abordagens à Política Social da Educação

Como aponta o relatório da comissão internacional sobre a Educação para o século XXI, coordenado por Delors (1996), será na Educação, na formação e no conhecimento que se encontrará o tesouro capaz de abrir novos caminhos para a construção do mundo, no simbolismo da expressão de Paulo Freire (1997), mais redondo, menos aretoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande utopia: unidade na diversidade. A Educação sensibiliza o coração das pessoas (Delors, 1996), ajuda a interpretar de forma diferente (Brunner, 2014) os factos quotidianos, nomeadamente a pobreza e a miséria (Herrán, 2011).

Neste contexto, na perspetiva de Estevão (2012) é a Educação que combate o discurso da crise que se tem instalado e trouxe um amplo número de preocupações que não parecem ter fim (como por exemplo, o envelhecimento demográfico, a preocupação com o ambiente, entre outros). Simultaneamente, com a crise económico-financeira, começa a questionar-se o funcionamento da sociedade, e das instituições de ensino, deixando ao relento as práticas necessárias para um bom entendimento e conhecimento do homem e do seu humanismo inato.

Num tempo atual fortemente marcado pela vulnerabilidade social, com amplos problemas difíceis de responder, e por uma forte pressão da Troika - ação conjunta da Comissão Europeia, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu – (Mourão, 2015) para negociar um pedido de resgate financeiro e equilibrar as contas públicas em Portugal, é necessário que se estabeleça novas abordagens, com a exigência do progresso e a união entre o económico e o social, para uma sociedade cada vez mais humana. Neste contexto de preocupações, é necessário repensar a Política Social da Educação, tendo presente a Educação e a escola como um direito inerente ao ser humano, interessando colocar a Educação como um dos setores de serviço cruciais para a Economia.

Na perspetiva de Estevão (2012) estamos a viver numa Economia do conhecimento e, que exige grande capacidade de competências (Pereira, 2013). A par destas considerações, o autor coloca para reflexão que a Educação atual já não está sensível às origens sociais, políticas, culturais e económicas de um país. O que importa são os valores que se encaixem dentro de um quadro de desenvolvimento crítico e de uma apropriação dos princípios fundadores da Economia Social, voltada essencialmente para a construção do ser humano enquanto produtor,

consumidor, criador, sonhador e conhecedor dos valores humanos. Isto faz da Educação uma variável para o desenvolvimento global da pessoa (Blanco et. al, 2012; Santos Álvarez e Garrido Samaniego, 2015). Por isso, a Educação deve ser olhada como um processo de compromisso com o outro, numa distribuição igualitária das oportunidades e perspectivas de vida, numa sociedade amplamente globalizada, marcada pela participação política e democrática. Deve ter em consideração de acordo com Estevão (2012):

- (i) A igualdade, num constructo de aprendizagem que deve incluir a distribuição de recursos e oportunidades de vida;
- (ii) O papel do Estado, garantindo o acesso à Educação e ao conhecimento, bem como ao desenvolvimento de novas capacidades;
- (iii) O seu próprio papel enquanto instrumento crucial à aprendizagem e instrumento para humanizar a Economia.

A Educação deve potenciar direitos, como a solidariedade, contrariar o individualismo, e apostar no individuo como ator económico orientado para a participação. Deve reforçar a identidade cultural, tornando-a mais flexível e dinâmica à criação de novas respostas e desde logo, criar condições para aumentar as possibilidades da Humanidade em encontrar respostas concretas, partindo da ideia de que tudo é incompleto e desconhecido. Deve assumir uma nova ordem emancipatória e estar sintonizada com as exigências da Economia atual, principalmente com o conceito de Economia Social numa época de profunda crise, não apenas financeira, mas também humana (Estevão, 2012). É neste sentido, que Goleman (1999) e Pereira (2008; 2015) fazem referência a qualidades pessoais e sociais, as quais não se esgotam na vertente cognitiva, sendo esta um vetor essencial à construção da nova Economia. Destacando também algumas abordagens ao tema em estudo, parece que a recente orientação da Política Social na União Europeia vem trazer um novo ar ao tornar a Economia (baseada no conhecimento) deste mesmo espaço mais competitiva, dinâmica e capaz de conciliar um crescimento económico sustentável com maior coesão social.

Contudo, o estudo da Política Social encontra-se intimamente ligado à Educação, que se destina a formar técnicos especializados nestas matérias, na qual a ES encontra por natureza uma ligação muito específica. No entanto não parecem existir muitas disciplinas que apelem à

questão do social e da Humanização que os fenómenos económicos necessitam e à questão económica que os fenómenos sociais apresentam, como revela a literatura.

Relativamente aos valores humanos, tem-se verificado um interesse crescente ao nível científico, com contribuições significativas que mostram como a Educação assume extrema importância ao nível da Economia, mas mais do que isso, como a mesma pode atuar como instrumento para a humanizar. Ou seja, como se pode transmitir às pessoas a emancipação para o exercício da cidadania económica. Tal traduz-se na capacidade de compreender o mundo, os seus desafios e os mecanismos que regem a Economia, não apenas o capital, mas os princípios de democracia, respeito, justiça social e colaboração com tarefas sociais.

Neste caso, parece-nos que a política de Educação é um dos pilares base para o desenvolvimento da sociedade e, a Economia atual não deve focar-se apenas numa dimensão monetária, mas numa dimensão mais humana e socialmente mais digna.

2.2.2 Portugal face ao desafio da Educação

Portugal atravessa uma crise que se instalou no campo económico e financeiro, que atinge valores (como por exemplo, o respeito, a justiça, a solidariedade) fundamentais para a coesão social e a Humanização, perante disparidades e ruturas a nível social (Oliveira, 2007).

Neste quadro, interrogamos quais os valores atingidos por essa crise, sendo que na perspetiva do autor, a igualdade e a solidariedade deveriam ser os valores que orientam as nossas decisões e ações. Como tal, criar valor, significa consolidar um caminho mais sustentável e não um caminho prometedor. Uma mudança cultural é premente e deve advir principalmente da escola (conhecimento), da família (respeito pelo outro), do Estado (civismo) e da própria religião (transcendência). Ou seja, uma mudança comunitária e solidária, num momento de “renovação humanitária”.

Durkheim (1983, como citado em Estanque, 2012) revela que o Estado tem a capacidade política para intervir na Economia, sendo na sua tripla função (económica, social e política), que realiza o seu papel de produção e de revitalização permanente, dos ingredientes que cimentam a sociedade no seu conjunto. Nesta linha de pensamento, a Educação é um desses ingredientes.

A sociedade atual procura o progresso e compreende a necessidade de dispor de um sistema de ensino capaz de formar e de capacitar novas gerações para os desafios do futuro. Formar pessoas, torná-las capazes de exercer de forma responsável os seus direitos e deveres, enquanto membros de uma sociedade, torna-se uma das principais preocupações da Educação como instrumento de desenvolvimento social. A Educação parece, nesta situação, um investimento a que o Estado não pode descurar. Constroem-se escolas, formam-se, contratam-se e remuneram-se professores, assegura-se o cumprimento dos horários, lecionam-se programas e verifica-se a conformidade das práticas, avaliando-se os níveis de desempenho. É um desafio fazer chegar a escola à mais recôndita freguesia ou povoação, de forma a concretizar o princípio de uma escolaridade básica e acessível a todos os jovens (Justino, 2010). Tal como refere Smith (1759; Brown, 1997) o Estado deve redistribuir solidariamente, sendo que a perda de liberdade e de responsabilidade que comporta a expansão do Estado têm efeitos sobre as pessoas. Então, existe uma necessidade crescente do Estado, através da Educação, poder inculcar valores e criar uma capacidade de mobilização social através da instrução pública, junto de todas as camadas da população (Justino, 2010).

Contudo, o que significa a Educação? De acordo com Justino (2010, p.30), *educar é capacitar*. Nesta linha de pensamento capacitar significa adquirir conhecimento, desenvolver competências, interiorizar valores e condutas. Portanto, parece que um indivíduo mais capacitado está à partida, mais preparado para prosseguir um fim socialmente reconhecido.

Perante o exposto, a preocupação constante é que conhecimento, que competência, que valores e que conduta confere ao indivíduo essa mesma preparação? Educar em que sentido? O ideal seria que cada um destes indivíduos pudesse romper com o horizonte linear da sua sociedade e criasse um, mais abrangente conducente com os propósitos e finalidades das próprias orientações das Políticas da Educação.

2.3 Conclusão

Com este capítulo ficámos mais sensíveis para melhor entender a Política Social que tem como objetivo a garantia e a promoção do bem-estar do indivíduo na sociedade. Outra dimensão que verificamos é o facto de a Educação potenciar valores como a solidariedade, a luta contra o movimento individualista e apostar no indivíduo como um ator económico consciencializado e orientado para a participação ativa em sociedade, partindo da ideia de que tudo é incompleto e desconhecido.

Capítulo III – O Humanismo como princípio da Economia

Introdução

O humanismo económico é uma proposta que visa transformar a Economia para o desenvolvimento e a consolidação de valores sociais com respeito pelo Homem como pessoa e como comunidade. Isto é, transformar uma sociedade para o homem e pelo homem, privilegiando temas como a distribuição de renda, os investimentos em Educação, a saúde ou a habitação (Zamberlam & Silveira, 2012).

Atualmente, as estruturas sociais parecem sofrer um retrocesso, afastando as sociedades dos princípios que regem uma Economia humanitária e solidária. De acordo com a literatura, antigamente respeitava-se as regras estabelecidas dentro do lugar ou da “morada” comum. Assim, pode referir-se que muitas famílias se regiam por normas de conduta éticas e morais, que lhes traziam felicidade (Vásquez, 2006).

Quando se analisa a etiologia destes conceitos, “a palavra ética, que provém do grego “ethos” significa hábito, costumes, carácter. A palavra moral provém da expressão latina “mos moris” que significa morada”. Assim, o autor infere que a ética é a prática dos bons hábitos, gerados na vida social e, por sua vez, “a moral não é apenas o conjunto dos bons hábitos e costumes adquiridos na morada”. Por sua vez, o conceito de Economia advém do latino “oEconomia”, composta pela palavra “oikos” que significa casa e “nemo”, que significa administrar. Portanto, assume um significado de “administração da casa”. Assim sendo, a relação entre a formação dos melhores hábitos na morada – própria da ética – e a forma mais adequada de “administrar e atuar dentro da morada – própria da ética e da Economia, refletem a íntima relação entre os conceitos de ética, moral e Economia. Neste sentido, os três procedem das mesmas fontes e são inseparáveis. A ética, a Economia e a moral são e fazem parte do mesmo universo. (Vásquez, 2006, p.18). A prática dos “valores” passaram a conformar as normas mínimas de convivência pacífica e feliz e, conseqüentemente a prática dos “antivalores” foram condenados. Neste caso descobriu-se o que levava e conduzia os indivíduos a serem melhores seres humanos: descobriu-se o caminho do humanismo.

3.1 A Humanização da Economia

Partindo do pressuposto que o humanismo económico pretende renovar a Economia para a evolução consciencializada de valores sociais que respeitem o Homem de uma forma holística e individual, apelando a formas de estar, ser e atuar em sociedade, a nossa reflexão e preocupação passa pelo facto deste aspeto estar a desaparecer.

Na perspetiva de Rocha (2012), Economia e Humanização revela um amplo universo de significados e, pensar a Economia na sociedade atual, para além de uma disciplina académica é significativo para a convivência individual, social, política e ecológica.

Mormente, sabe-se que a Economia de mercado é predominante e, as relações e os modos de produção são orientados segundo regras próprias. Na opinião do mesmo autor, a relação entre o crescimento económico e o desenvolvimento é problemático, na medida em que, a ética das relações económicas atuais carece de liberdade, partilha, solidariedade, autorregulação, entre outros, fundamentais para a humanidade.

Ao invés, a Economia de *bem-estar social* é ameaçada pelo neoliberalismo que, de modo subtil está a dificultar os processos democráticos do Estado. Neste sentido, a preocupação pela atual Economia na sociedade faz crescer dos campos da ética e da ES, pistas para um novo horizonte conducente com os valores fundamentais e estruturantes, e não uma ética pensada à parte do contexto económico (Rocha, 2012).

Pensar na questão da Humanização é um facto preponderante na conquista de uma sociedade que versa a integralidade do ser: o homem “*é um ser em processo contínuo de crescimento, que trabalha e cria, que conhece, age e é ser amoroso*” (Arruda, 1996, como citado em Rocha, 2012, p.1168).

Não obstante, a globalização, ao olhar o mundo como uma “aldeia global”, também permite um novo modo de conceber as coisas e as pessoas. Por esse motivo, as relações estabelecidas necessitam de parâmetros éticos para que a participação de todos seja mais humanizada. O autor referido defende que a individualidade está impregnada na sociedade e, por conseguinte, gera sempre um modo de competição colocando aqueles em condições menos favoráveis de competição à margem do desenvolvimento económico e social. Neste sentido, é urgente uma medida favorável para instrumentalizar a Economia, cuja “*ética torna-se o fator*

fundamental quando pensamos a Economia a partir da categoria de Humanização” (Rocha, 2012, p.1163).

Em virtude dos fatos mencionados, a Humanização na Economia pressupõe uma leitura mais aprofundada na procura da concretização da justiça, liberdade e solidariedade num sistema fortemente competitivo e orientado pela individualidade.

Nesta linha de pensamento, e apoiando-nos nas palavras do autor, só o ser humano sonha com mundos novos, com relações cada vez mais fraternas e com um novo céu e terra. Só o ser humano cria utopias, que não são mecanismos de fuga fácil das contradições presentes. Pertencem à própria realidade do Homem, que projeta, desenha o futuro, vive de promessas e se alimenta da esperança. E, a humanidade é a casa que, só poderá ser habitável se a vida for preservada: a vida social, ambiental, económica, política e utópica. Sem estes pressupostos, a Economia não cumprirá o papel de humanizadora das relações, num mundo novo que deve ser mais justo, humano, solidário e ético. (Rocha, 2012, p.1174).

Vivemos numa sociedade consumida por uma crise financeira e económica, essencialmente individualista, na qual se perdem valores, estruturas, normas e regras essenciais para a convivência social, que passam também pela Economia (Estevão, 2012).

É precisamente neste sentido, que pensamos que a escola, como Instituição, influencia vetores essenciais da sociedade, quer no sentido do desenvolvimento e da adaptação, quer no sentido da imobilidade e inércia. O autor defende que a escola e as próprias políticas da Educação não devem ficar indiferentes aos desafios, problemas, oportunidades, nem aos riscos ou crises que afetam a sociedade.

Então, deverá a escola assumir uma resposta, para contribuir para a transformação e para o compromisso social na ação social e económica, de forma a ensinar o humano ao humano e a desenvolver programas de “Humanização da Economia”?

A literatura clarifica que a escola e a Educação deveriam transformar-se numa organização mais comunicativa, que não procura apenas transmitir conhecimentos cognitivos e a resolução de problemas, mas também construir consensos do que é verdadeiramente a Economia e de que forma o seu conhecimento pode ser um benefício para o indivíduo e para a sociedade.

Na ótica de Morin (2003) deveria existir um modelo de ensino e uma disciplina mais sensível para a questão anteriormente colocada. Desta forma, a escola deveria permitir ensinar:

- i. A reaprender a depender do outro, sem se transformarem em submissos, e com alguma partilha de poder;
- ii. A saber acompanhar os educandos a cooperarem, partilharem, respeitar o outro, a serem solidários;
- iii. A desenvolver as pessoas no sentido crítico e ativo ao invés do passivo.

No limite, seria uma escola mais atenta e direcionada para o valor do homem, e não para um valor meramente económico/financeiro. Se atentarmos no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, de Delors, verificamos que dentro de cada disciplina, na perspetiva de Delors (1996) devem existir quatro pilares essenciais para um futuro saudável:

- i. Aprender a ser;
- ii. Aprender a fazer;
- iii. Aprender a viver juntos;
- iv. Aprender a se conhecer.

Nicolescu (1997), Presidente do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares refere que existe uma transrelação que liga estes quatro pilares de um sistema de Educação, tendo origem na nossa própria espécie como ser humano. Cada um destes contribui para o desenvolvimento ótimo e equilibrado do homem como ser capaz de estar e viver em sociedade. Neste ambiente, na nossa perspetiva, ensinar “a ser” é fundamental num momento coincidente com a falta de valores morais, éticos e sociais, caracterizado pela individualidade e pela desigualdade entre indivíduos (Nicolescu, 1997). Por isso, o autor defende que nós somos aquilo que aprendemos; Ensinar “a fazer” é essencial para cada um de nós, numa atmosfera atual caracterizada pelo uso das tecnologias e, nesta lógica, saber fazer uma Economia mais humana é um dom. Por isso, não é aquilo que dizemos que nos define, mas aquilo que fazemos; Ensinar “a viver juntos” é primordial, numa sociedade amplamente marcada pela solidão, pelo isolamento social, pela pobreza e pelo abandono; Ensinar “a se conhecer” é relevante na medida em que, a evolução da humanidade decorre principalmente da

escola e daquilo que é transmitido. É desta forma que se estabelecem e desenvolvem relações fortes e capazes de superar até os desafios mais complicados da vida social, política, cultural, económica e pessoal.

Nesta linha de pensamento, importa situar alguns saberes fundamentais, que na perspectiva de Morin (2000) a Educação deveria tratar em todas as sociedades e em todas as culturas, segundo modelos e regras próprias a cada uma delas. Neste sentido, evidenciamos sete pontos, que sintetizamos da seguinte forma:

- i. *As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão* – a Educação que pretende transmitir conhecimento é cega quanto ao conhecimento humano.
- ii. *Os princípios do conhecimento pertinente* – com os problemas atuais, é essencial criar um conhecimento capaz de aprender os problemas globais, incluindo os parciais e locais. É necessário desenvolver a aptidão natural do espírito humano e ensinar métodos que estabelecem relações mútuas e influências recíprocas entre as partes e o todo num mundo complexo;
- iii. *Ensinar a condição humana* – a condição humana deve ser o objeto essencial do ensino, de modo que cada um tome conhecimento e consciência da sua complexa identidade e da sua identidade comum a todos os indivíduos.
- iv. *Ensinar a identidade terrena* – a Educação necessita da história universal, e estabelecer a comunicação entre todos. Mostrar de que forma podemos ser solidários, sem devastar a humanidade, com a ganância e o individualismo.
- v. *Enfrentar as incertezas* – a Educação necessita de transmitir estratégias que permitam enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza, bem como moldar o seu desenvolvimento;
- vi. *Ensinar a compreensão* – Para que as relações humanas saiam do seu Estado bárbaro de incompreensão;
- vii. *A ética do género humano* – a Educação deve construir o Homem que é indivíduo e parte da sociedade.

Decorrente destas preocupações, seria pertinente, que a Educação ensinasse, o que significa o conhecimento humano; como a pessoa deve lidar com os problemas e desafios atuais; que todos somos iguais; que devemos ser solidários para com o outro e para com o ambiente que nos rodeia; a fórmula mais saudável para um desenvolvimento otimizado, ou seja, um desenvolvimento biopsicossocial (biológico, psicológico e social). Na mesma balança deveria transmitir conhecimento ao nível da construção do bem-estar económico conducente com os equilíbrios necessários para a reposição da sociedade, num momento económico-financeiro desestruturado. Desta forma, o valor dos sete aspetos é evidenciado, apontando o carácter importante da Educação para a Humanização. De acordo com o mesmo autor, a Política da Educação deve converter-se num instrumento que conduza o individuo a um diálogo criativo e empreendedor conducente com as dúvidas e interrogações do tempo atual. Defende que não é possível ignorar a urgência da Humanização, que, por sua vez, requer uma nova ética, novas políticas e uma Educação mais sensível para todos.

Para que se humanize a Economia, é necessário que a Educação seja a base no todo, ou em parte do ser humano, a fim de colocar a condição humana no centro da própria Economia e da Economia Social.

Como tal, à luz destas preocupações, pretendemos orientar e desenvolver uma potencial disciplina direcionada para estas questões, que contribua para uma forma de estar diferente e convergente com os domínios da ES (valores, colaboração, interação, responsabilidade social, solidariedade). Essa disciplina, potencialmente designada por *“Arte e Prática da Humanidade”* passaria a ser uma unidade curricular obrigatória a incluir no currículo, de forma a transmitir o que falta para formar o homem global, dentro do contexto da Humanização. Neste sentido, para o desenvolvimento desta unidade curricular, as questões centrais que queremos ver respondidas são: o que se vai aprender? Que temas se lecionam? Que assuntos se abordam? Quais os valores que se transmitem? Que perspetiva futura se oferece? Que relações humanas se criam? Qual o valor que se pode dar à Economia humana?

Tal estrutura iria no sentido de potenciar e desenvolver uma disciplina, orientada para envolver questões muitas vezes pouco debatidas entre professores e alunos, centradas para um âmbito mais social e humano, colocando o ser humano no núcleo das preocupações atuais, à luz da Economia Social.

3.2 Humanizar à luz dos princípios de base social

Neste item, analisa-se algumas considerações acerca da Educação à luz dos princípios de base social, fazendo o aporte para o âmbito da Economia Social. Os princípios e os objetivos da Educação estão orientados pela Lei Fundamental do País, ou seja, pela Constituição da República Portuguesa, e são, portanto, situados na LBSE (Pires, 1987).

Ora, de acordo com o artigo 43º do documento:

- É garantida a liberdade de aprender e ensinar;
- O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a Educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;
- O ensino público não será confessional;
- É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.

Nesta orientação, temos presente que a Constituição da República Portuguesa consagra o direito de todos os cidadãos à Educação e à cultura, sendo que o Estado deve promover "...a democratização da Educação e as demais condições para que a Educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva...".

Deverá existir um conjunto de direitos e deveres igualitários para todos, suprimindo desigualdades de qualquer género e que permitam a participação ativa numa sociedade composta por valores conducentes com a própria Constituição da República. No que concerne ao Estado, deve assegurar estes princípios, como é o caso de uma Educação básica universal e gratuita, permanente, bem com estar atento à garantia da igualdade de oportunidades para todos.

No que diz respeito à LBSE (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) importa referir que toda a Educação deverá promover *"...o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva..."*.

Face ao exposto, pretendemos verificar se estas estão a ser cumpridas, num momento de inúmeros problemas económicos, sociais e políticos, cuja crise ultrapassa não apenas o domínio financeiro, mas também o domínio humano e social. Aportando estes aspetos para o domínio da Economia Social e uma vez que se preocupa com o bem-estar e com o desenvolvimento do indivíduo, é relevante conduzir este trabalho no sentido de perceber se a Política da Educação é um instrumento eficaz para humanizar a Economia e se vai também ao encontro com os princípios, objetivos e missão do Estado.

3.3 Conclusão

Com este trabalho ficou visível a importância dos valores para humanizar a Economia. Dentro dela, de acordo com o nosso trabalho evidenciam-se:

- Solidariedade;
- Justiça;
- Cooperação;
- Compromisso com o outro;
- Ética

São importantes porque estão na base de uma Economia mais solidária, mais fraterna, mais cooperante, o que vai ao encontro dos valores da Economia Social.

Capítulo IV – Metodología

Introdução

Neste capítulo explica-se o percurso metodológico a utilizar, para se responder aos nossos desafios, elaborando uma breve descrição e justificação acerca da metodologia selecionada para a sua concretização.

Na formulação dos objetivos de investigação, a principal preocupação foi colaborar para a consciencialização e reflexão acerca da Política Social da Educação, no sentido da inclusão e da Humanização da Economia/Sociedade em Portugal.

4.1 Questão e objetivos da Investigação

De acordo com a literatura existente, na fase inicial de um estudo deve formular-se os objetivos da ação. Desta forma, “os objetivos de um projeto social são os propósitos que pretendemos alcançar com a execução de uma ação planificada. Estes constituem o ponto central de um projeto, são eles que definem a sua natureza mais específica e dão coerência ao plano de ação” (Serrano, 2008, p.44).

Segundo Espinosa (1986, como citado em Serrano, 2008, p.45) “os objetivos gerais são aqueles propósitos mais amplos que definem o quadro de referência do projeto”. Por sua vez “os objetivos específicos são mais concretos que os objetivos gerais e identificam de forma mais precisa aquilo que se pretende alcançar com a execução do projeto”.

Decorrente deste quadro, o presente estudo tem como objetivo geral: refletir sobre a importância das Políticas Públicas para a inclusão, neste caso sobre a Política da Educação. Isto é, pretendemos averiguar se a Política da Educação em Portugal está a ser um instrumento de inclusão e de Humanização da Economia.

As questões previamente exploradas são novamente evidenciadas, como o principal caminho ou fio orientador do trabalho (Quivy, & Campenhoudt, 1995). Assim sendo, o presente é elaborado em torno da seguinte questão de partida:

A Política da Educação, atualmente está a ser encarada como um instrumento para humanizar a Economia?

Com esta questão, amplamente centrada no domínio da Economia Social, pretendemos verificar no dia-a-dia, o que está a acontecer, sendo os nossos objetivos específicos os seguintes:

- *Qual a importância da intervenção do Estado para a Economia, enquanto principal agente regulamentador?*
- *Em que medida pode a Educação ser uma mais-valia para a Economia e para a sua “Humanização”?*
- *Estará a política da Educação a estruturar melhores desempenhos económicos e sociais?*
- *Orientar uma potencial disciplina a incluir no plano de estudos, voltada para os domínios da Humanização.*

Na perspetiva de Adam Smith (1759; Braun, 1997), os valores éticos e morais assumem uma importância relevante na explicação da coesão e justiça social, criando mecanismos de formação de sentimentos e crenças. Se a “simpatia” é um elemento-chave na visão de Smith, também a Educação o é, funcionando como outro elemento essencial para a Humanização do Homem. Ou seja, cumpre um papel na diferenciação dos individuais, na sua natureza, moldando-o através dos hábitos, costumes, formação e Educação.

Na mesma medida, dentro da preocupação de Adam Smith com a Educação, reconhece-se que existem vantagens em ensinar às camadas inferiores da população, na medida em que um indivíduo instruído e inteligente é mais decente e ordeiro do que um indivíduo com nenhuma formação. A Educação devia formar um novo homem, respeitando as suas diferenças económicas, sociais e políticas. Face ao exposto, tais questões são importantes pelo que, atendendo à perspetiva de Smith, existem limitações da sociedade para com a população, que nos propõe a tarefa do Estado: “desenvolver princípios de humanidade dos indivíduos através de uma Educação ética” (Sakamoto, 2010, p.1).

4.2 Modelo de Investigação

Em função do nosso objetivo utiliza-se neste estudo uma metodologia de avaliação de cariz misto, isto é qualitativa e quantitativa, do tipo exploratório, através da aplicação de inquéritos por questionário aos Professores e de entrevistas aos Diretores de escolas secundárias de carácter público dos Distritos de Viana do Castelo e Braga.

A questão de partida formulada remete-nos inicialmente para uma abordagem essencialmente qualitativa, na qual se procederá, em parte, à análise das políticas sociais, especificamente da Política da Educação e da Economia enquanto fenómeno e conceito “humano”. No entanto, a própria questão impele-nos também para a importância da utilização de uma metodologia quantitativa, no sentido em que permite um aprofundamento mais detalhado e objetivo perante as respostas que esperamos ver alcançadas.

A opção pela utilização da vertente qualitativa prende-se com o facto de a mesma, na perspectiva de Seabra (2010), ser um campo de investigação que apresenta de forma resumida as seguintes características:

- i. Implica uma ênfase nas qualidades das entidades e nos processos e significados;
- ii. Valoriza a qualidade socialmente construída da realidade, num quadro construtivista da relação íntima entre investigador e objeto de estudo;
- iii. Estuda os constrangimentos situacionais que informam a investigação.

Com efeito, o autor concorda que as características da investigação qualitativa requerem:

- i. O investigador como o instrumento de investigação que constrói uma narrativa que englobe as histórias dos participantes;
- ii. A análise do comportamento humano do ponto de vista do ator;
- iii. A observação naturalista (não controlada);
- iv. A subjetividade (perspetiva de insider);
- v. A orientação para a descoberta e para o processo;
- vi. O seu carácter exploratório, descritivo e indutivo;

vii. A não generalidade.

Como tal, alguns pressupostos são também relevantes no âmbito deste modelo, que sintetizamos da seguinte forma:

- (i) Complexidade – cuja realidade social, incluindo as suas manifestações culturais, representa algo profundamente complexo e que não pode ser reduzido a um conjunto de variáveis;
- (ii) Subjetividade – os investigadores estão situados numa dada realidade, que em vez de ser pura e suprimida, deve ser assumida e negociada;
- (iii) Contextualidade – a realidade constrói-se a partir de múltiplos fatores e conhecimento de um fenómeno, envolvendo sempre a compreensão de determinados contextos;
- (iv) Interpretação e significado – a interpretação e o significado são a verdadeira essência da investigação qualitativa;
- (v) Metas da investigação – as explicações que envolvem causalidade, controle e predição, são impossíveis. Por isso, o objetivo deve ser a capacidade de compreensão interpretativa;
- (vi) Aplicabilidade – a compreensão aprofundada de um dado contexto/situação pode facilitar a compreensão de outros contextos.

O uso de uma metodologia qualitativa permite uma análise em profundidade, de significados, conhecimentos e atributos de qualidade dos fenómenos estudados, no qual os dados são enquadrados e interpretados em contextos holísticos de situações, acontecimentos de vida ou experiências vividas, particularmente significativos para as pessoas implicadas (Seabra, 2010). Face a estas considerações, estamos convictos que o presente trabalho necessita de um “olhar qualitativo” no que diz respeito à Educação e à Humanização da Economia.

Por outro lado, apresenta-se a vertente quantitativa, que permite que os resultados de uma investigação possam ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da investigação. Centra-se na objetividade e considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos

com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. Recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (Bell, 1993).

4.3 População-Alvo

Atendendo ao enfoque do presente trabalho e aos objetivos da investigação, é utilizada uma amostra não-probabilística. Dentro de uma amostra deste género, Quivy e Campenhoudt (1995) sugerem existir:

- i) Investigadores especializados - pois detêm um vasto conhecimento sobre o tema e ajudam-nos a enriquecer o nosso, com a exposição dos resultados dos seus estudos, dos procedimentos utilizados, e possíveis sugestões;
- ii) Testemunhas privilegiadas - pessoas que pela sua posição têm um bom conhecimento sobre o problema em estudo, podendo pertencer ao público que incide o estudo ou ser-lhes exterior, mas muito próximo;
- iii) Público a quem o estudo diretamente respeita - pois, associado às suas vivências detêm um conhecimento particular sobre a problemática.

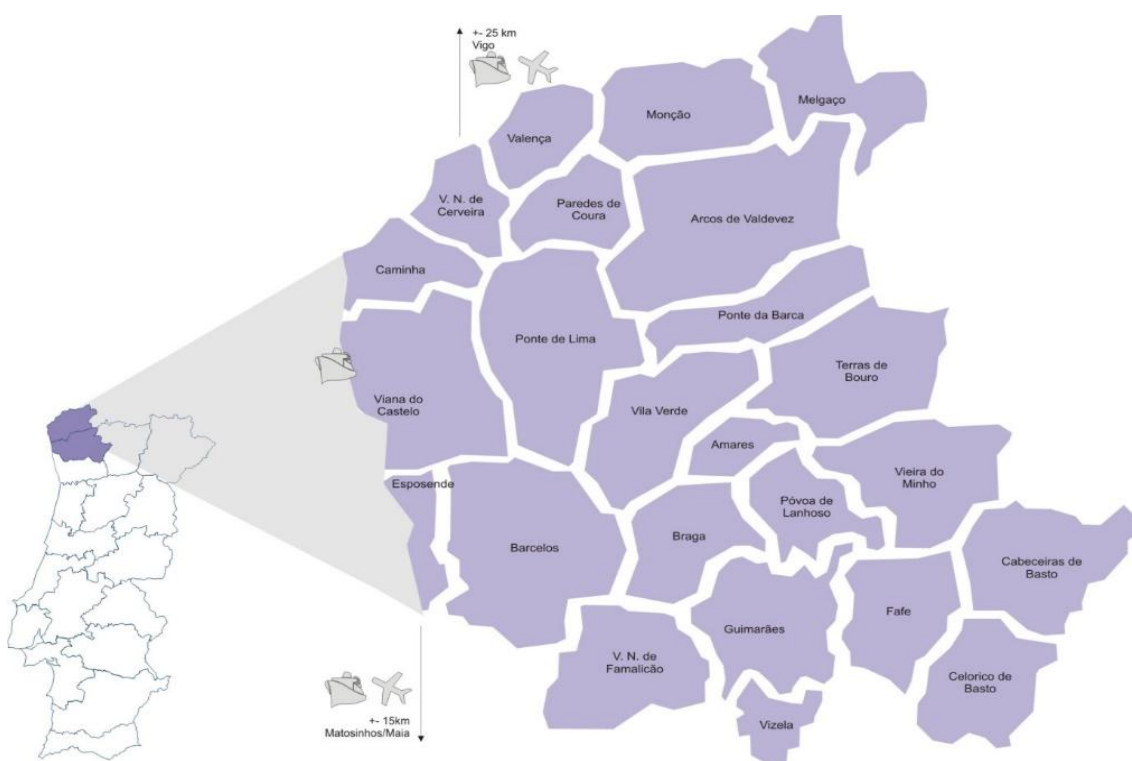
À luz destas considerações, para a realização do estudo, optou-se pela realização de:

- a) Entrevistas aos Diretores de escolas secundárias, pelo facto de serem considerados os gestores e líderes educativos, cuja missão é determinante para o sucesso da Educação. São pontos-chave, determinantes e conhecem globalmente a organização e a sua cultura, orientando-a para o desenvolvimento e melhoria da qualidade, eficiência, que se traduz num contributo social e económico para a sociedade e seus indivíduos;
- b) Inquéritos por questionário aos Professores, uma vez que devido à necessidade de manter em funcionamento os mecanismos básicos da socialização comportamental, os professores ocupam atualmente uma posição estrategicamente central e sensível nas sociedades atuais, particularmente nas dimensões do desenvolvimento e da mudança social (Lima, 1996);

Ao analisarmos estes dois alvos, cruzamos, obrigatoriamente, ações que nos impelem para atingirmos os nossos objetivos, evidenciando eventualmente o carácter inovador das políticas e das novas formas de Educação para a Humanização da Economia, no sentido do desenvolvimento da Economia Social. Neste sentido, pretendemos com atuar na Região Minho de Portugal (imagem 1.) composta por 2 Distritos:

- (i) Viana do Castelo, com os concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira;
- (ii) Braga, com os concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde e Vizela.

Imagem 1. Concelhos do Distrito de Viana do Castelo e do Distrito de Braga.



Fonte: Google (2016).

A seleção desta região para o desenvolvimento do trabalho prende-se com o facto de a mesma ser a área de residência do Mestrando.

Tendo clarificado a região na qual o nosso trabalho é desenvolvido, optou-se por realizar uma entrevista (ver anexo 1.) por cada concelho, isto é, efetuar uma entrevista ao diretor de uma escola secundária por concelho. Nessas mesmas escolas, optou-se por aplicar um questionário (ver anexo 2.) a três docentes do ensino secundário, especificamente, a um docente do 10º ano, a um do 11º ano e a um do 12º ano de escolaridade, independentemente da unidade curricular lecionada. No entanto, o presente trabalho apresenta uma amostra qualitativa composta por 17 entrevistas, uma vez que sete dos diretores, devido à incompatibilidade de agenda, indeferiram o pedido solicitado. Simultaneamente, e devido ao motivo supracitado, em todas as escolas onde foram feitas as entrevistas (n=17), os três docentes de cada ano letivo do Ensino Secundário, responderam ao questionário elaborado, correspondendo a uma amostra quantitativa (n=51).

Tal seleção advém do facto de nos parecer interessante abarcar os dois Distritos, de forma a englobar todos os seus concelhos. Assim torna-se possível efetuar uma comparação, quer ao nível dos Distritos, quer ao nível dos vários concelhos, uma vez que vão desde o litoral ao interior do País, tratando-se de realidades económicas, sociais e culturais diferentes. Com este nosso procedimento queremos esbater um possível enviesamento dos resultados, se ficasse-mos apenas com uma região mais localizada. Como sete diretores de escolas não se disponibilizaram para as entrevistas, o nosso trabalho não cobriu os concelhos de Caminha, Monção, Paredes de Coura, Esposende, Fafe, Vila Verde e Vizela.

Para este trabalho, optou-se por selecionar apenas escolas de carácter público, porque é de carácter exploratório para responder à questão de partida. Contudo, importa referir que será uma mais-valia a realização de outros estudos, que englobem os concelhos não analisados, mas também incluir as escolas privadas, para uma posterior comparação.

4.4 Instrumentos e procedimento de recolha de dados

Para a recolha de dados é utilizado:

- (i) Uma entrevista aos diretores das escolas secundárias;
- (ii) Um inquérito por questionário aos docentes do Ensino Secundário.

As entrevistas são um instrumento fundamental quando se procura direcionar intervenções para um determinado objetivo. Permitem ao investigador fazer uma avaliação mais profunda e detalhada acerca de determinadas temáticas no sentido de perceber qual a opinião de cada sujeito (Duarte, 2004). A entrevista privilegia a fala de atores sociais e permite atingir um nível acerca da compreensão da realidade humana, que se torna acessível através do discurso. Favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, crenças, valores e significados que os sujeitos atribuem a si, aos outros e à sociedade em geral. Assim, a entrevista dá voz ao interlocutor para que fale do que está acessível à sua mente no momento da interação com o entrevistador, uma vez que é um processo de influência mútua (Fraser & Gondim, 2004).

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1995), as entrevistas não têm como função verificar hipóteses nem recolher ou analisar dados específicos. Têm como função abrir pistas de reflexão, alargar horizontes, tomar consciência das dimensões e dos aspetos de um determinado problema, nos quais o investigador não teria ainda pensado. Permitem não lançar falsos problemas ou preconceitos. Para além disto, é importante evidenciar resumidamente os pressupostos apontados por Quivy e Campenhoudt (1995) no qual o investigador deve ter perante a realização de uma entrevista:

- i. O entrevistador deve esforçar-se por fazer o menor número possível de perguntas, uma vez que a entrevista não é um interrogatório, nem um inquérito por questionário. Deve existir uma exposição introdutória acerca dos objetivos da entrevista e do que se espera alcançar livre e aberta;
- ii. O entrevistador deve formular as suas intervenções da forma mais aberta possível, para que o entrevistado possa exprimir a própria “realidade” na sua linguagem, com as suas características conceptuais, os seus quadros de referência e os seus sentimentos;
- iii. O entrevistador não se deve implicar no conteúdo da entrevista;
- iv. A entrevista deve desenrolar-se num ambiente e contexto adequados, evitando espaços barulhentos e desconfortáveis;
- v. É importante (de ponto de vista técnico), e sempre com permissão dos entrevistados, gravar a entrevista.

Atendendo a estas considerações, a nossa investigação contempla uma entrevista, que percebe a importância da Política da Educação como instrumento para a inclusão e Humanização da Economia. É composta por onze questões de resposta aberta e foi construída para o âmbito deste estudo incidindo em três diferentes momentos:

- (i) Os valores e os desafios da política da Educação;
- (ii) A Educação como instrumento de desenvolvimento humanizante da Economia, (refletindo-se o papel dos professores e do Estado);
- (iii) A Humanização perante o futuro da Educação e sua relação com a Economia Social.

Simultaneamente, de acordo com a literatura, um inquérito por questionário, é uma técnica de observação não participante que se apoia numa sequência de perguntas ou interrogações escritas que se dirigem a um conjunto de indivíduos (participantes/inquiridos). Envolve opiniões, representações, ideias e, justifica-se quando existe a necessidade de recolher dados para de alcance geral sobre fenómenos que se produzem num dado momento ou numa dada sociedade (Sousa & Batista, 2011, p.91). O inquérito por questionário distingue-se da entrevista, porque a aplicação do inquérito exclui em alguns casos a relação de comunicação oral entre o entrevistador e o entrevistado. Na perspetiva dos mesmos autores, a aplicação de um questionário permite “*recolher uma amostra dos conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos*”, sendo relevante saber previamente o que se pretende investigar, como se vai avaliar, utilizando rigor na construção e aplicação do questionário, para que o mesmo tenha a maior credibilidade possível.

É possível distinguir 3 tipos de questionários:

- (i) Aberto, caracterizado por possuir questões de carácter aberto, proporcionando um maior nível de profundidade e como tal, aumenta a liberdade de resposta, podendo neste caso, ser redigida pelo inquirido. Apresenta como inconveniente o facto de se obter maior variedade de respostas, levando a uma interpretação mais complexa das mesmas;
- (ii) Fechado, contempla questões fechadas, facilitando o tratamento e a análise da informação obtida. No entanto, pode facilitar a resposta a um sujeito que

poderia, eventualmente, ter dificuldade em responder a uma dada questão. Apesar disto, é mais objetivo e requer menos tempo na recolha de dados por parte do investigador;

- (iii) Misto, composto por questões de resposta aberta e fechada, favorecendo largamente a qualidade da investigação, na medida em que permite uma avaliação diferente e mais profunda no que diz respeito ao tema que nos propomos a investigar.

Assim, como exemplo destas preocupações, o nosso trabalho contempla um inquérito por questionário (ver Anexo II) que permite recolher previamente os dados do participante, entre os quais, a idade, a unidade curricular que leciona, há quantos anos exerce a profissão, a escola onde leciona e o respetivo concelho. É essencialmente do tipo fechado, composto por oito grupos de questões de resposta fechada e mais dois de resposta aberta. Foi construído para o efeito, incidindo num primeiro momento na temática dos “valores” transmitidos pela escola; num segundo momento sobre a “função dos professores” e, num terceiro momento sobre os “planos de estudo”. Desta forma, pelo presente espera-se obter um conjunto de respostas que nos interpelem para a construção de um quadro conceptual acerca da importância da Política da Educação em Portugal para a inclusão e Humanização da Economia, através da opinião dos docentes do ensino secundário.

No que concerne ao procedimento de recolha de dados, procedeu-se a uma ordem específica, passando por fases distintas:

- (i) Numa primeira fase, posteriormente à elaboração dos instrumentos de recolha de dados, foi delineado o número de participantes a incluir no trabalho, de acordo com a área e tema do estudo. Posteriormente foram contactados os participantes via e-mail, através de um pedido formal escrito (ver anexo 3). Seguidamente, deu-se lugar ao contacto por via telefónica, no sentido de perceber se seria possível ou não, a elaboração das entrevistas e dos questionários, ficando previamente agendados os dias/horas das reuniões. As reuniões tiveram lugar nas sedes dos Agrupamentos das Escolas Secundárias de cada concelho, entre os meses de Fevereiro, Março e Abril. Assim sendo, foram realizadas entrevistas gravadas com o consentimento informado dos

participantes (ver anexo 4), quer na parte da manhã, quer na parte da tarde, conforme a agenda dos diretores das escolas. No que diz respeito aos questionários, foram entregues e preenchidos pelos três professores de cada uma das escolas no dia da entrevista, sendo que alguns devido a incompatibilidade foram preenchidos e reencaminhados via e-mail.

- (ii) Numa segunda fase, procedeu-se à transcrição parcial das entrevistas, e posteriormente à análise de conteúdo desses dados. Quanto aos dados de cariz quantitativo, recorreremos a elementos estatísticos, por recurso ao programa SPSS.

Capítulo V – Análise dos dados

Introdução

Neste capítulo iremos dar lugar à análise dos dados. Na primeira parte incidimos sobre a vertente qualitativa, apresentando de que forma a entrevista foi analisada e, numa segunda fase, debruçamo-nos sobre a vertente quantitativa. Ressalve-se que, no entanto, este nosso trabalho apresenta uma perspetiva qualitativa, mas recorre a uma perspetiva também quantitativa para trazer maior suporte ao desenvolvimento do tema em estudo.

5.1 As entrevistas

A análise dos dados recolhidos através da entrevista é feita de forma transversal. Procedeu-se a três leituras da entrevista transcrita. Na primeira leitura, foi possível entender qual a ideia geral do entrevistado acerca das questões colocadas. Na segunda leitura, foi elaborada a análise em profundidade de cada resposta, procedendo-se ao registo e destaque dos aspetos mais importantes do que os entrevistados referiram, ou seja, um resumo das respostas dadas. Finalmente efetuou-se uma leitura, cujos conteúdos fulcrais das entrevistas foram revistos. Para a análise do conteúdo ser facilmente descodificada, realizou-se um quadro repartido em três temas/momentos distintos (de acordo com as questões da entrevista), que agrupam esses conteúdos, de acordo com o procedimento:

- (i) Os Valores e desafios da Política da Educação (Questões 1, 3, 4 e 9);
- (ii) A Educação como instrumento de desenvolvimento humanizante da Economia (Questões 2, 6, 7, 8 e 11)
- (iii) A Humanização como futuro da Educação e sua relação com a Economia Social (Questões 5 e 10).

Para além de conter estes momentos, está repartido em quatro colunas, sendo elas (ver Quadro 3): (i) Questões da entrevista, na qual se expõe as questões efetuadas aos participantes; (ii) Subcategoria, na qual se indica o momento a que respeita; (iii) Aspetos comuns, na qual se sintetiza a opinião comum ao total dos entrevistados e (iv) Aspetos não-comuns, que sintetiza a opinião divergente ao total dos entrevistados.

Quadro 3. Os valores e os desafios da Política da Educação.

Os valores e os desafios da Política da Educação			
1º Momento - Questões da entrevista	Subcategoria	Aspetos Comuns	Aspetos não comuns
1) No seu entender, o que significa a "Política da Educação"?	Valores e Desafios da Política da Educação	São um conjunto de orientações, elementos, estratégias, opções, ideologias, princípios ou regras, definidas e estabelecidas pelo Estado e pelas Instituições que diz respeito à Educação, preparando para o futuro os jovens numa sociedade democrática e humana (14 entrevistados).	No contexto atual não significa nada. Não há hoje uma política da Educação, não existe uma visão do que é uma política da Educação (3 entrevistados).
3) A Educação atual preocupa-se em difundir valores estruturais (como o compromisso com o outro ou o saber ser e o saber estar) na personalidade do aluno? De que forma, e como é que reagem os alunos a tais valores?		A escola sempre cumpriu com a sua missão e não pode viver sem os valores. Há valores em oposição entre o que a escola ensina e a organização social, mas sempre teve uma componente científica e uma parte humana, afetiva, social. A escola é o espelho da sociedade e os valores estruturais são como uma semente: numa primeira fase não se recolhe os frutos, mas depois vai-se conseguindo (10 entrevistados).	A preocupação é constante, mas não estamos a atingir essas metas, porque a Educação atual nas escolas preocupa-se em atingir objetivos e a treinar para os exames. Há uma relativização dos valores e a sociedade é individualista. Estamos numa crise de valores e hoje são apenas económicos e imediatos (7 entrevistados).
4) Hoje, quais são os grandes desafios que se colocam ao nosso sistema de Educação?		Os alunos reagem de forma pertinente e não são diferentes de antigamente. A reação é positiva e com entusiasmo. Acolhem os valores de apoio, entajuda, solidariedade e por iniciativa, constroem projetos. Nos meios do interior ainda há uma valorização dada pelas famílias que não é a mesma dada nas grandes cidades. Existe uma capacidade de interação, assimilação e participação nessa dinâmica de valores. Gostam, aderem, são pró-ativos, participam em campanhas solidárias e tem consciência desses valores: são bons os resultados (12 entrevistados).	Já não há tempo para trabalhar em grupo, refletir, debater, porque há metas, programas, conteúdos a atingir e o aluno preocupa-se apenas com a nota e em copiar para passar. Não os interiorizam de forma consciente para posteriormente os aplicarem de forma inconsciente. Pensam que tudo é fácil, simples e esquecem que a aprendizagem exige muito trabalho (5 entrevistados).
9) De que forma, o sistema de Educação, influencia e é uma mais-valia na estruturação da Economia?		Tomar a Educação para todos e com todos. Não querer resultados imediatos, porque a escola é um espaço de seres humanos. Somos uns com os outros e o grande desafio é o da Educação para os valores. É sermos um polo de mudança social. Formar a integralidade do indivíduo, como cidadão crítico, solidário, responsável e interventor na comunidade. Valorizar a pessoa e motivar para o conhecimento que nos torna livres e contribui para o desenvolvimento e bem-estar coletivo. É educar e transformar a sociedade (13 entrevistados).	A escola é muito mais cognitiva. É saber como são organizados os currículos e o grande desafio é a qualidade da Educação e das condições necessárias para que isso aconteça. A classe docente está muito envelhecida e não tem condições para assumir muitas turmas: andamos todos perdidos, professores, alunos, funcionários... não sabemos por onde podemos ir (4 entrevistados).
		A formação cívica dos indivíduos pode ajudar na regulação da Economia, mais pensada nas pessoas e não tanto no próprio bem de cada um. Sem Educação não há Economia, fator de desenvolvimento das sociedades. Sem Educação não conseguimos estes princípios e a promoção de uma sociedade mais humana, como é o caso dos valores. Formar a vários níveis, permite que a Economia seja mais humanizada, mais justa e equitativa. Sem Educação não há Humanização e, portanto, ou a escola forma jovens com valores ou não cumpre a sua missão: essencial para o desenvolvimento económico e desenvolvimento social do país, porque estas duas vertentes não se podem separar (13 entrevistados).	A Educação está virada para respostas imediatas e práticas, até com mensagens contraditórias. Ninguém tem um emprego para toda a vida, mas especializa-se cada vez mais cedo. Tudo é válido, tudo rende. A Economia pretende chegar à escola para influenciar a Educação, mas deveria ser o contrário. Estamos numa Economia do consumo: olhou, viu, gostou, comprou... e só depois se pensa se aquilo tinha alguma utilidade! É preciso evitar um gasto inútil (4 entrevistados).

Quadro 4. Educação como instrumento de desenvolvimento humanizante da Economia.

Educação como instrumento de desenvolvimento humanizante da Economia			
2º Momento - Questões da entrevista	Subcategoria	Aspetos Comuns	Aspetos Não-comuns
2) O que entende por “Humanização da Economia”?	Educação como instrumento de desenvolvimento humanizante da Economia	É a Economia pensada para as pessoas, com enfoque no social, respondendo aos desígnios da humanidade, do humano, do bem-comum. É tratar a Economia como um veículo para melhorar a vida das pessoas e não apenas um caminho para o lucro. É trabalhar para fins de ordem humana, para a pessoa humana, para servir o homem e não servir-se do homem. A prioridade é o ser humano e não o capital. A Humanização tem a ver com o ser humano, que tem sentimentos, falhas, percepções e, portanto a Humanização da Economia é colocar o homem no centro das preocupações, que devem ser abrangentes: problemas sociais, ecológicos, relacionais, éticos... (17 entrevistados).	-----
6) Atualmente, a Educação está a ser encarada como instrumento de Humanização da sociedade? a) se sim, em que é que se baseia? b) se não, o que é que propõe para se mudar?		Não está a ser, e deveria. Há essa visão/preocupação, mas a escola nunca vai responder a tudo. O facto de não existir em Portugal uma política em mente, de procurar compromissos, dificulta o trabalho da escola e, é preciso criar momentos para que se possam experienciar estes momentos humanizantes. Há muito trabalho na Economia Social e na Humanização da Economia, mas há muitas bases que falham. Existem muitas componentes que ficam em segundo plano em detrimento do conhecimento puro e duro. A escola trabalha, atualmente, com rankings e uma competição extremamente individual. Seria fundamental que as escolas instituissem uma Educação mais consistente para a Economia Social, mas vivemos numa sociedade materialista que transvasa na mente das pessoas e não é fácil contrariar a importância dos bens materiais. O mundo está menos serenos, menos calmo, tudo quer voar...e esta Humanização torna-se difícil (15 entrevistados).	Está. Temos grandes temas, como o racismo, a sexualidade, e tudo isso é tratado nas escolas sem grande dificuldade e os professores desenvolvem-nos. A Educação está a ser encarada como instrumento de Humanização da sociedade. A escola que se preocupava-se em privilegiar aspetos cognitivos, e hoje, preocupa-se com as relações interpessoais, com os valores, equilíbrio, com a harmonia entre o Homem e o Meio (2 entrevistados).
7) Considera que a nova reforma do sistema educativo vai ao encontro da Humanização, como instrumento de inclusão e desenvolvimento social?		Vai procurando ser. Ainda é o único local onde se ouve falar desta Humanização. Há muitos alunos com dificuldades de aprendizagem, mas são felizes! Não interessa só o conhecimento cognitivo, é preciso dar valor solidariedade social, à cidadania, ao amor. Existem vários programas para a Humanização, como a violência no namoro, o combate ao bullying. Procura-se uma escola inclusiva, de oportunidade para todos, existem equipas de psicologia em conjunto com a CPCJ e, portanto, o sistema pretende a inclusão e o desenvolvimento de todos os indivíduos desde com deficiência até aos sobredotados. A escola reproduz a sociedade e deve contribuir para incentivar mudanças que conduzam à ascensão social e combatam as desigualdades sociais (10 entrevistados).	Não, mas tenho a esperança que haja mudanças. A reforma não contribui positivamente para o desenvolvimento desta Humanização. O contributo de anos atrás continua o mesmo. Na prática devido aos constrangimentos financeiros e orçamentais, é difícil por na prática aquilo que se pretende (3 entrevistados). Quatro diretores não responderam (4 entrevistados).
8) Adam Smith defende como tarefa do Estado “desenvolver os princípios dos indivíduos através de uma Educação ética”. Na sua opinião, atualmente este princípio continua válido? Porquê?		Sim, sem dúvida. Nada funciona sem ética, sem valores que sejam representantes da sociedade. É um princípio que tem de orientar a comunidade e os valores inerentes estão a ser postos em causa. Vivemos numa crise de falta de valores, de princípios, de ética, de solidariedade. É impensável uma escola sem ética, sem tolerância, sem respeito pela diferença, sem convivência com a diferença. A escola deve formar na sua plenitude o Homem e não numa lógica mecanicista de eficácia e eficiência. A Humanização deve ser ética. O respeito pelo outro, a cooperação são essenciais e o sistema económico por vezes não se compadece com o sistema social. Portanto, sem ética não há sociedade e sem valores não somos boas pessoas. Educar é preparar as pessoas para o desenvolvimento progressivo de si próprio e dos outros. Dela depende a sociedade de amanhã (17 entrevistados).	-----

(Continua na página seguinte)

(Continuação da tabela da página anterior)

Educação como instrumento de desenvolvimento humanizante da Economia			
2º Momento - Questões da entrevista	Subcategoria	Aspetos Comuns	Aspetos Não-comuns
<p>11) Na sua opinião, nos planos de estudo em vigor existe uma disciplina que se preocupa com a Humanização?</p> <p>a) se sim, qual?</p> <p>b) se não, que conteúdos e objetivos a serem abordados numa nova disciplina?</p>		<p>Existe mas em termos nacionais, não há nenhuma que tenha de uma forma consistente e universal para todos os alunos, uma temática que permita trabalhar estes assuntos.</p> <p>Até se introduzem temáticas ligadas a esta Humanização, mas de uma forma muito pontual e pouco consistente. Existia a formação cívica, mas não foi valorizada, ou a Educação para a cidadania, e a filosofia. Introduziam-se questões de informação geral, noções de direito, de responsabilidade social e pessoal. Temas como a segurança rodoviária, Educação sexual, Educação para o uso do tabagismo, da utilização da água, o civismo, respeito. Mas, no geral, todas as disciplinas tem de se preocupar e deve ser transversal (17 entrevistados).</p>	-----

Quadro 5. Humanização: o futuro da Economia e sua relação com a Economia Social.

Humanização: o futuro da Economia e sua relação com a Economia Social			
3º Momento - Questões da entrevista	Subcategoria	Aspetos Comuns	Aspetos não comuns
5) De acordo com Maria Flores (1998) os professores são vistos como “agentes de mudança e inovação curricular no processo de ensino”. De que forma, considera que diariamente esta afirmação é válida? Pode exemplificar?	Humanização: o futuro da Educação e sua relação com a Economia Social	É válida. Um professor motivado e inspirado é um agente de mudança e pode promover valores importantes: solidariedade, cidadania, responsabilidade. É um refazedor do currículo que podemos levar para o lado que queremos. É a individualidade e a personalidade de cada professor que impõe um cunho diferente no processo ensino/aprendizagem. Há professores que se empenham e fazem a diferença junto dos alunos. São claramente agentes de inovação e de mudança, elementos essenciais nessa missão, pois abrem portas, mostram caminhos, alargam horizontes, educam para o futuro. Não são insensíveis, nem apenas meras vias de transmissão de conhecimento. O professor faz a diferença! (15 entrevistados).	Era válido em 1998. Agora não, porque os professores são tao pressionados para cumprir programas, para preparar para exames, que não é possível. Hoje seriam agentes de mudança se tivessem mais autonomia (1 entrevistado). Um diretor não respondeu (1 entrevistado).
10) A pensar na Humanização da sociedade, como será a Educação do futuro?		Será uma Educação que proporcione aos alunos o máximo de experiencia de vida, de envolvimento na comunidade, uma Educação mais humanizada, em que vissemos os outros como parceiros, como pessoas que lutam para o mesmo fim e que redistribuem a riqueza de uma forma mais equilibrada. No futuro a escola será melhor se preparar jovens/profissionais brilhantes, mas que também sejam cidadãos felizes, saudáveis, solidários, interventivos, críticos, construtivos. Será uma Educação a tratar diferente o que é diferente de modo a sermos todos iguais nos direitos e na capacidade de atingir o conhecimento. Assim deve evoluir no sentido de uma interação melhor entre seres humanos. Os homens falham e enquanto ainda não reconhecermos os nossos erros será difícil. A Humanização é a escala humana, deve ser adequada ao homem, adequada não aos desejos, mas ao homem. Todos são ricos, todos podemos ser mais humanos, com coragem suficiente para colocar a pessoa no centro da sociedade (12 entrevistados).	A Educação não será muito diferente da que existe hoje. Será aquilo que os adultos, os professores quiserem que seja. No futuro vai haver mais individualismo, e o desenvolvimento do individuo ira passar por um sentido de sensibilidade à autoridade, ao que é diferente. Mas nunca será longe da que temos hoje, o futuro da Educação ninguém sabe (5 entrevistados).

No que diz respeito ao Quadro 3 (Os valores e os desafios da Política da Educação), 82% dos participantes (n=14) referiram que a Política da Educação pode ser designada por um conjunto de orientações, elementos, estratégias, opções, ideologias, princípios ou regras, definidas e estabelecidas pelo Estado e pelas Instituições que diz respeito à Educação, preparando para o futuro os jovens numa sociedade democrática e humana. No entanto, 18% dos participantes (n=3), não partilham da mesma opinião e indicam que atendendo ao panorama atual da sociedade não existe uma Política da Educação, nem uma visão ou significado, daquilo que uma Política deve ser. A Política da Educação, atendendo à opinião dos participantes, acaba por ser um conjunto de medidas, organizadas pelo Ministério da Educação, orientadas por linhas universais, que se transpõem num currículo formal existente nas várias disciplinas e, pelas quais se devem reger as escolas.

Relativamente aos valores estruturantes difundidos pelas escolas, 59% (n=10) dos participantes apontam que “a escola sempre cumpriu com a sua missão e não pode viver sem os valores”. Para os mesmos, “a escola é de facto o espelho da sociedade e os valores estruturais são como uma semente”, que depois de bem semeados, podem ser colhidos e dão bons frutos. Nesta linha de pensamento, na opinião dos entrevistados, a escola sempre se preocupou com estas questões, apesar de existirem, por vezes, valores em oposição, perante os contextos históricos, sociais e económicos. Os valores que a escola deve difundir são, de acordo com os entrevistados, “o respeito pelo outro, a solidariedade”, “a Educação para os valores da sexualidade, da Educação rodoviária”, em que “educar o aluno e a sua personalidade harmoniosa para que seja um membro de pleno direito na sociedade, torna-se o basilar da própria Educação em Portugal”.

Por outro lado, 41% dos entrevistados (n=7) referem que apesar dessa preocupação em transmitir os valores, “não estamos a atingir essas metas, porque a Educação atual preocupa-se em atingir objetivos e a treinar para os exames”, existindo uma “relativização dos valores, perante uma sociedade individualista, que vive numa crise de valores”. Simultaneamente revelam que “os valores existem, mas estão arrumados!”. Os entrevistados indicam, portanto, a existência de uma sociedade cada vez mais individualista, pautada por valores económicos e individuais. Contudo, analisando os resultados obtidos, nomeadamente comparando os concelhos do interior, podemos ressaltar que os entrevistados defendem que “nestes meios do interior ainda há uma valorização dada pelas famílias que não é a mesma dada nas grandes

idades”. Será que isto acontece em todo o lado? Perante tal afirmação, podemos refletir que às vezes “a riqueza da Educação é essa resposta inesperada” da sensibilidade para os valores. A esta questão, 29,4% (n=5) dos entrevistados afirmam que “já não há tempo para trabalhar em grupo, refletir, debater, porque há metas, programas, conteúdos a atingir e o aluno preocupa-se apenas com a nota”... Ora, face a esta opinião, podemos refletir novamente acerca do tal “individualismo galopante” que assola a sociedade. Então, como poderemos ter em atenção as questões humanísticas, as características sociais, humanas, individuais dos contextos, dos alunos, se “o que falha é a transmissão do currículo”? Os entrevistados revelam globalmente uma preocupação acerca destas questões, mas sentem que “não se sabe qual é a maneira ideal de o fazer e faltam orientações”. Contudo, segundo os entrevistados, “os alunos reagem de forma pertinente e positivamente” no que diz respeito a receção dos valores de apoio, entreajuda, solidariedade, entre outros. Neste sentido, 70,5% (n=12) referem que os alunos “gostam, aderem e tem consciência desses valores”, apesar de cinco entrevistados considerarem que os alunos “não os interiorizam de forma consciente para os aplicarem de forma inconsciente” na sociedade, pensando que “tudo é fácil, simples e esquecem que a aprendizagem exige muito trabalho”. Então, uma vez que a LBSE orienta um conjunto de princípios, “nas escolas a preocupação existe sem dúvida, mas a nível da prática é mais complicado, de acordo com as fases ou situações que ocorrem em termos de crise, onde se valoriza mais o capital e o lucro. O sistema devia “ser revisto de forma a incluir e procurar a maior coesão social possível, não discriminando”, uma vez que “o êxito dos alunos advém da capacidade de interação com os outros”.

No que diz respeito aos principais desafios da Educação, a maior parte dos entrevistados, 76,5% (n=13) parece ser unânime nas suas considerações, revelando que um dos desafios será “tornar a Educação para todos e com todos”. Uma vez que a escola é um espaço de seres humanos, os entrevistados afirmam que não se pode esperar resultados imediatos, é preciso dar tempo ao tempo e o grande desafio é mesmo “o da Educação para os valores”. Em suma, indicam que a escola deve formar a integralidade do indivíduo, como “cidadão crítico, solidário, responsável e interventor na comunidade”. Como revela um dos entrevistados “nós somos uns com os outros e um dos desafios é perceber que ainda somos capazes de alterar comportamentos, proporcionar mudanças e progressão social”. Na opinião dos Diretores, “é o conhecimento que nos torna livres e quanto mais conhecimento tivermos, mais liberdade temos

para fazermos as melhores escolhas. A Educação é a única forma de contribuímos para o desenvolvimento do país e para o bem-estar coletivo”. No fundo, as entrevistas realizadas mostram-nos que “talvez se deva reavaliar o que se ensina e como se ensina, porque o mundo parece estar baseado no egoísmo e no pouco respeito pelo outro. Tal facto, aliado à diminuição dos recursos naturais e à degradação das condições ambientais, impõe uma necessidade de mudança de atitudes que altere o paradigma da sociedade,” baseados num “compromisso com o futuro”.

Ainda dentro do primeiro momento, importa refletir acerca da forma como o sistema de Educação influencia e pode ser uma mais-valia na estruturação da Economia. Ora, os resultados não são inesperados e, como tal, 76,5% (n=13), revela que “sem Educação não há Economia”. Indicam claramente que “sem Educação não há Humanização e, portanto, ou a escola forma jovens com valores ou não cumpre a sua missão, essencial para o desenvolvimento económico e para o desenvolvimento social do país, até porque estas duas vertentes não se podem separar”. Revelam também que “sem Educação não conseguimos todos os princípios e a promoção de uma sociedade mais humana, que permita que a Economia seja mais humanizada, justa e equitativa”.

Por outro lado, 23,5% (n=4) dos entrevistados sugerem que “a Educação está mais voltada para respostas imediatas e práticas, até com mensagens contraditórias”. “Vivemos numa Economia do consumo”, “numa sociedade do lucro fácil, imediato, isenta de princípios e de ética”. Portanto se “a Economia se cingir apenas ao lucro será mais um fator de instabilização social do que de promoção das sociedades mais humanas”. Os dados obtidos recomendam que “a forma como educarmos os nossos jovens, das mensagens que a escola conseguir passar, vai depender o desenvolvimento económico e todos os princípios inerentes à Economia Social”.

No que diz concerne ao Quadro 4 (Educação como instrumento de desenvolvimento humanizante da Economia), quando se questiona acerca do que entendem por “Humanização da Economia”, os resultados obtidos são surpreendentes, na medida em que todos os entrevistados apresentam uma opinião semelhante àquilo que percecionam por Humanização. Neste sentido, 100% (n=17) dos entrevistados mencionam que a Humanização da Economia “é a Economia voltada para as pessoas, respondendo aos desígnios da humanidade, do humano,

do bem-comum”. Privilegia o ser humano e não o capital. Portanto “a Humanização da Economia é colocar o homem no centro das preocupações”. Tal aspeto vai ao encontro daquilo que Morin (2003) defendia ao sugerir que a gigantesca crise planetária é a crise da humanidade que não consegue aceder à humanidade.

Desta forma, a “Humanização da Economia” transpõe-se numa “escala humana”, isto é, “que conseguisse responder aos anseios, desejos, necessidades do ser humano, que tivesse respostas para cada uma das populações e atendesse às realidades específicas de cada um dos contextos”. Tais aspetos parecem ir ao encontro aquilo que verificámos anteriormente nas palavras de Zamberlam e Silveira (2012) quando referem que o “humanismo económico é uma proposta que visa transformar a Economia para o desenvolvimento e consolidação dos valores sociais com respeito pelo Homem como pessoa e como comunidade”. Tal situação parece ser consumada na medida em que, um dos Diretores refere que “a Humanização da Economia é trabalhar a Economia no vetor humano, conduzindo todos os elementos ligados à Economia, sem esquecer a parte humana”.

Por outro lado, e estando a nossa questão de partida orientada para perceber se a Educação atual está a ser encarada como um instrumento para humanizar a Economia, revela-se indispensável referir a opinião dos entrevistados relativamente a este aspeto. Os resultados obtidos mostram que existe um encontro de opiniões, na medida em que 88% (n=15) sugerem que a Educação não parece estar a ser um instrumento de Humanização. De acordo com os mesmos, na verdade, a Educação deveria ser um instrumento para que tal acontecesse. Contudo, “a escola nunca vai responder a tudo”. O facto de em Portugal “não existir uma política conducente com a procura de compromissos, dificulta o trabalho da escola, sendo necessários momentos para que se possam experienciar estes momentos de Humanização”.

Na opinião dos diretores, existe um desconhecimento grande cerca de como as coisas funcionam, na forma como a Economia mais terra-a-terra funciona e isso é um prolema para depois se dar um salto qualitativo de forma consciente. Para além disto, revelam que “há muitas bases que falham” e “que as escolas trabalham com rankings e uma competição extremamente individual”.

Esta competição vem descurar toda a questão afeta à Humanização e, coloca em causa todos os princípios gerais constantes na LBSE: solidariedade, contrariar a individualidade, reforço da identidade cultural, o respeito pelo outro, a igualdade, entre outros. Neste sentido, na opinião

dos entrevistados “seria fundamental que as escolas instituíssem uma Educação mais consistente para a Economia Social, mas vivemos numa sociedade materialista que transvasa na mente das pessoas, não sendo fácil contrariar a importância dos bens materiais”. Encontramos, por este motivo, um grande desfasamento entre aquilo que a teoria defende e aquilo que efetivamente a escola faz.

A realidade é que “há muitas componentes humanísticas que ficam para segundo plano em detrimento do conhecimento puro e duro, que é o que as sociedades vão valorizar pelos alunos terem este ou aquele valor. As escolas têm de estar atentas porque a organização social trabalha numa perspetiva individualista do que, no sentido de uma comunidade com interesses comuns e humanizantes”. Chegando ainda mais longe na nossa análise, atente-se que “o propósito no plano das intensões é esse, mas os obstáculos na prática são inúmeros, com uma crise global humana e humanitária imensa. No plano teórico está tudo de acordo, mas é preciso uma vontade conjunta para resolver estas questões”. Mesmo aqueles que obtêm mais sucesso e podem, à partida, oferecer um contributo diferente acabam por não regressar à terra e, “o que mais se desejava era que a Educação fomentasse o progresso e o desenvolvimento do local onde estão”. Neste sentido, o “desenvolvimento das regiões coloca-nos perante uma encruzilhada de quatro opções: migrarmos e compreendermos quem vem ocupar o espaço que deixámos vago, redescobrir-nos nos espaços de potencialidade, exigirmos um planeamento que não seja preconceituoso, ou atiramos a toalha ao chão” (Mourão, p.53). Então, na perspetiva do autor, resta saber se conseguiremos dinamizar estes espaços de criatividade, numa sociedade em mudança, para o desenvolvimento de Portugal.

Todavia, contrariando os valores que se encaixam dentro de um quadro de desenvolvimento de um espírito e dos princípios fundadores da ES, não está fácil para a escola mudar esta mentalidade da importância dos bens materiais e do individualismo. Assim se explica porque motivo este foi especialmente um dos grandes desafios apontados, a Educação para os valores. Como indica um dos Diretores “o mundo está diferente, menos sereno, menos calmo. Está tudo muito agitado e as pessoas não têm tempo para parar e pensar. Querem tudo muito rápido. Querem voar e esta Humanização torna-se difícil. A escola deveria ter um serviço, um currículo com uma componente de olhar para o outro e sentir que o outro faz parte de mim: só assim é que a sociedade será mais justa e desenvolvida. Porque se todos contribuirmos para o bem-comum, saímos todos a ganhar!”. Encontrámos então nesta afirmação justificação para a

nossa motivação em desenvolver uma potencial disciplina que conduza e interpele o indivíduo para tais questões. No entanto, 12% (n=2) dos participantes referem que “a Educação está a ser encarada como instrumento de Humanização”, na medida em que, existem temas como o racismo, a sexualidade, a ética e tudo é tratado nas escolas. Em sintonia, com a literatura, os entrevistados revelam que a escola que se preocupava com os aspetos cognitivos preocupa-se hoje, com as relações interpessoais, com os valores, com o equilíbrio, com a harmonia entre o Homem e o Meio.

Ainda no domínio da Humanização, cabe-nos apontar que 59% (n=10) dos nossos entrevistados revelam que a escola parece ir ao encontro da Humanização como instrumento de inclusão e desenvolvimento social. Especificamente, “ainda é o único local onde se ouve falar destas questões”. Felizmente as escolas têm vários programas voltados para estas questões mais sociais, como é o caso do Bullying, da violência no namoro e, portanto na opinião da maioria, o sistema educativo pretende a inclusão e o desenvolvimento de todos os indivíduos desde os com deficiência até aos mais sobredotados. “A escola reproduz a sociedade e deve contribuir para incentivar mudanças que conduzam à ascensão social e combatam as desigualdades sociais. Este sentimento vai então ao encontro daquilo que a LBSE e a Constituição da República têm como base e, clarificando que “a escola e a Educação deveriam transformar-se numa organização mais comunicativa, não procurando apenas assumir uma responsabilidade social de contribuir para a resolução de problemas, mas também construir consensos de um conhecimento transparente para trazer benefícios para todos os indivíduos e sociedade. Não obstante, 18% (n=3) respondem que a escola não está a ir ao encontro da Humanização, pelo que “o contributo de anos atrás continua o mesmo e na por na prática estas questões é difícil devido aos constrangimentos financeiros e orçamentais”.

Estando o presente trabalho orientado para olhar para o domínio da Economia Social e tentar averiguar se a Educação está a humanizar a sociedade à luz dos princípios de base social, é importante também apontarmos qual a importância da intervenção do Estado (que neste domínio se transpõe na Educação) para a Economia, enquanto promotor dos princípios dos indivíduos através de uma Educação ética. Desta forma, os princípios e valores que deveriam orientar as nossas decisões e ações seriam, na perspetiva de Oliveira (2007) a igualdade e a solidariedade, a ética, uma mudança cultural que deve advir principalmente da escola (conhecimento), da família (respeito pelo outro), do Estado (civismo) e da própria religião

(transcendência). Ou seja, uma mudança comunitária e solidária, num momento de “renovação humanitária”. Ou seja, formar pessoas, torná-las conhecedoras e capazes de exercer de forma responsável os seus direitos e deveres, enquanto membros de uma sociedade torna-se uma das principais preocupações da Educação como instrumento de desenvolvimento social. A Educação é, nesta situação, um investimento a que o Estado não pode colocar de parte.

É necessário que cada um destes indivíduos pudesse romper com o horizonte linear da sua sociedade e criasse um mais abrangente conducente com os propósitos e finalidades das próprias orientações das políticas da Educação e da Economia Social. Assim sendo, os resultados obtidos revelam-nos que 100% dos entrevistados afirmam que “nada pode funcionar sem ética, sem valores que sejam representantes da sociedade”, e portanto, é “impensável uma escola sem ética, sem valores, sem tolerância, sem respeito pela diferença”. A escola deve “formar na sua plenitude o Homem com uma Humanização ética”. Contudo, “vivemos a ética do lucro sem princípios e sem valores, daí a crise a nossa sociedade, porque estamos todos à procura de um benefício em qualquer coisa, um benefício imediato”. Os resultados obtidos revelam que “a nossa sociedade não transmite princípios éticos, mas possui um sistema económico que conduz bastante para a competição em vez da competição e da solidariedade”. Como tal podemos afirmar nas nossas considerações, com base na opinião dos entrevistados que “sem ética não há sociedade, e portanto, como o ser humano é um ser social e um ser ético, se não tiver estes valores, não será uma boa pessoa”. Mormente, vivemos “numa sociedade demasiado individualista, demasiado subordinada ao económico e muito pouco solidária. Estamos dominados por um sistema financeiro que necessitava de ser intervencionado pelo Estado, e sem resolvermos este problema geral da primazia do financeiro, também não resolveremos os outros problemas”.

Quando pensámos nestes valores e princípios, pensámos em alguma coisa que nos faça aprender, crescer e desenvolver enquanto seres humanos conducentes com estes propósitos. Uma dessas orientações são os planos de estudo existentes nas escolas. Mas, será que existe nos planos de estudo, uma disciplina ou disciplinas que se preocupam com estas questões? Os resultados são inequívocos e revelam que poucas disciplinas existem que abordem estes assuntos, e as que existem não são valorizadas. De acordo com todos os entrevistados, “em termos nacionais, não há nenhuma que tenha de uma forma consistente e universal para todos os alunos, uma temática que permita trabalhar estes assuntos”. E as temáticas que são

introduzidas, dentro das possibilidades e autonomia de algumas escolas acabam mesmo por ser limitadas e não valorizadas. Os diretores revelam que existem ainda algumas disciplinas (não em todas as escolas, porque depende precisamente dessa mesma autonomia, de as incluir ou não no currículo), tais como a Educação para a cidadania, a formação cívica, a área de projeto, ou até a filosofia, mas que são pouco valorizadas. Aqui introduzia-se questões de informação geral, “noções de direito, de responsabilidade social, responsabilidade pessoal, segurança rodoviária, Educação sexual, Educação para o uso do tabagismo, o civismo, o respeito, entre outras”. O grande problema que aqui se coloca é que, “hoje em dia o que interessa é que o aluno tenha boa nota a Matemática, a Português, quando áreas fundamentais para o desenvolvimento global do aluno ficam descuradas”.

No entanto, revelam também que esta Humanização deve estar intrincada a todas as disciplinas e ser transversal ao currículo. “A Humanização parte do professor e da pessoa em si, por isso qualquer professor deveria poder fazer essa Humanização”. Mas, “nem só os docentes, nem alunos, mas também os pais, os funcionários. E essa Humanização terá que se notar mesmo nas coisas mais pequenas: no modo como o funcionário recebe o pai que vem à escola, ou no modo como atende o telefone, o modo como no bar é tratada a pessoa que lá vai, no modo como entre colegas de trabalho se interage, entre outros, e infelizmente, hoje fruto desta arrogância que brota do individualismo é difícil jogar com isto. O mundo vive da competição, da medição de desempenhos, vive de expectativas muitas vezes desfasadas da verdadeira autorreflexão que nos situa no nosso patamar adequado, e como tal, hoje não há escala humana”.

De acordo com a opinião dos Diretores, a solução parece criar uma disciplina que permita chegar a esse ponto, com conteúdo desde o macro até ao humano. Claro que ninguém vai saber o que se vai lecionar, mas o importante é saber e definir as falhas que existem na sociedade e combater-las”. A solução dada pelos entrevistados para este currículo seria portanto, “saber onde se pretende que os nossos meninos sejam educados, que respeitem os mais velhos, as autoridades, que tenham princípios de solidariedade, que tenham conceitos de interajuda, que tenham pensamentos de autorreflexão e autocrítica, de saber quem sou eu, que sou um ser humano, que não posso julgar os outros porque eu também falho”...

Contudo, também revelam que “o objetivo do Ensino Secundário é a caça pela melhor nota, tudo quer a melhor nota, e neste caso, tudo aquilo que foi evidenciado cai por terra. Na verdade, passa-se por cima de quem for, muitas vezes à custa de alguns valores”.

No que diz concerne ao último Quadro 5 (Humanização: o futuro da Economia e sua relação com a Economia Social), 88,2% (n=15) defende que os professores são efetivamente vistos como agentes de mudança e inovação curricular no processo de ensino. Especificamente, “um professor motivado e inspirado é um agente de mudança e pode promover valores importantes: solidariedade, cidadania, responsabilidade”.

Neste caso será o indivíduo ideal para nos auxiliar na criação da disciplina voltada para a Humanização. Visto que os Diretores indicam os professores, como “um elemento refazedor do currículo” e que “são claramente agentes de inovação e de mudança, elementos essenciais nessa missão, pois abrem portas, mostram caminhos, alargam horizontes, educam para o futuro” ninguém melhor do que um professor para auxiliar na Humanização da Economia e da sociedade.

Na verdade, existe uma preocupação por parte dos professores, mas será que as famílias se preocupam em ir ter com estes especialistas que estão diariamente na escola? “Hoje há professores a inovar, a usar quadros interativos, computadores, entre outros”. Face a estas considerações, pode dizer-se que o professor é realmente um elemento estruturante para a aprendizagem e transmissão destas características conducentes com a Economia Social. Contudo, apesar de um dos Diretores não ter respondido à questão, outro revela que “hoje é impossível os professores funcionarem como agentes de inovação, dado que são pressionados para cumprir programas, para preparar exames, sem grande autonomia”.

Face a estas considerações, que espécie de Educação estamos a criar? Para onde estamos a caminhar?

Este é o mote para a nossa questão final, que atendendo aos resultados obtidos, revela uma Educação que tem ainda muito para caminhar, para projetar, para aprender. Isto significa que, 70,6% (n=12) dos entrevistados dão a entender que o futuro necessita de uma Educação “que proporcione aos alunos o máximo de experiência de vida, de envolvimento na comunidade, uma Educação mais humanizada, em que vissemos os outros como parceiros, como pessoas que lutam para o mesmo fim e que redistribuem a riqueza de uma forma mais equilibrada”.

Os resultados revelam também que “no futuro a escola será melhor, se preparar jovens/profissionais brilhantes, mas que também sejam cidadãos felizes, saudáveis, solidários, interventivos, críticos, construtivos. Será uma Educação a tratar diferente o que é diferente, de modo a sermos todos iguais nos direitos e na capacidade de atingir o conhecimento”.

É importante não deixar de lado que “os homens falham e enquanto ainda não reconhecemos os nossos erros será difícil. A Humanização é a escala humana, que deve ser adequada ao homem, adequada não aos desejos, mas ao homem. Todos são ricos, todos podemos ser mais humanos, com coragem suficiente para colocar a pessoa no centro da sociedade”. Em verdade, esta opinião vai de encontro aos pressupostos da Economia Social e, se assim caminhar, seremos certamente uma sociedade melhor, mais igualitária, menos atrapalhada, menos descuidada, com um olhar mais atento para os valores, para os princípios, para os sentimentos, quiçá até utopias que nos fazem muitas vezes sonhar, mas que são elas o culminar deste nosso trabalho.

Em suma, de acordo com os entrevistados, “a Educação será aquilo que os adultos e que a sociedade quiserem que a Educação seja”. No entanto, se “no futuro vai haver mais individualismo” e se “não existir uma escola que tenha coragem suficiente para colocar a pessoa no centro da sociedade, retirando-lhe o financeiro e o económico, então aí, poderemos construir uma sociedade mais humana, mais social, mais solidária do que temos hoje. É complicado e é preciso trabalhar nesse sentido”.

Face a estas considerações, lembrámos a frase com que iniciamos este nosso trabalho: é preciso trabalhar neste sentido, com o intuito de se (re)construir o Homem adaptado a uma Economia Social, que desafia as orientações da Humanidade, humanizando-a.

5.2 Os questionários

A recolha de dados deste nosso trabalho pautou-se também pela aplicação de inquéritos por questionário a professores do Esec em cada uma das escolas onde foram elaboradas as entrevistas atrás analisadas. Especificamente foram aplicados a três docentes de cada escola, correspondendo a um do 10º ano, um do 11º ano e um do 12º ano de escolaridade. Assim, após a recolha dos questionários, foram analisados recorrendo a elementos estatísticos, por recurso ao programa SPSS.

De acordo com os resultados obtidos, o nosso estudo contempla uma amostra composta por um total de 51 inquiridos, sendo 15 inquiridos (29,4%) do sexo masculino (M) e 35 inquiridos (68,6%) do sexo feminino (F), sendo que apenas um (2,0%) não se identificou (NI).

Relativamente à área curricular mais leccionada pelos inquiridos, é a Matemática, com um total de 29,4% (n=15) docentes. A segunda mais leccionada é o Inglês, com 17,6% (n=9) e a terceira é o Português, com um total de 15,7% (n=8) docentes. Outras, como é exemplo, da Filosofia, Biologia e Geologia, Matemática Aplicada às Ciências Sociais (MACS), ou Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) também tiveram lugar entre as disciplinas leccionadas.

No que concerne aos resultados da primeira questão (“A Educação consciencializa para”) do grupo I do questionário foram selecionadas as seguintes vertentes para a nossa análise, constantes na Tabela 1 abaixo identificada:

- (i) Respeito;
- (ii) Compromisso social;
- (iii) Equidade;
- (iv) Solidariedade;
- (v) Individualismo;
- (vi) Cooperação;
- (vii) Competição;
- (viii) Melhores desempenhos a nível económico e social.

Tabela 1. A Educação consciencializa para que valores?

		Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sabe/Não responde	Total	
Educação consciencializa para:	Respeito	M			6	9		15	
		F		4	8	23		35	
		NI				1		1	
		Total: n (%)			4 (7,8)	14 (27,5)	33 (64,7)		51
	Compromisso Social	M			1	8	6		15
		F		3	4	16	12		35
		NI					1		1
		Total: n (%)		3 (5,9)	5 (9,8)	24 (47,1)	19 (37,3)		51
	Equidade	M		1		8	6		15
		F		6	6	10	13		35
		NI					1		1
		Total: n (%)		7 (13,7)	6 (11,8)	18 (35,3)	20 (39,2)		51
Solidariedade	M			1	4	10		15	
	F		2	1	19	10	3	35	
	NI					1		1	
	Total: n (%)		2 (3,9)	2 (3,9)	23 (45,1)	21 (41,2)	3 (5,9)	51	
Individualismo	M	6	3	1	3	1	1	15	
	F	5	11	10	8	1		35	
	NI					1		1	
	Total: n (%)	11 (21,6)	14 (27,5)	11 (21,6)	11 (21,6)	3 (5,9)	1 (2,0)	51	
Cooperação	M			2	4	9		15	
	F		2	5	18	10		35	
	NI					1		1	
	Total: n (%)		2 (3,9)	7 (13,7)	22 (43,1)	20 (39,2)		51	
Competição	M	3	2	1	8	1		15	
	F	1	3	8	14	8	1	35	
	NI					1		1	
	Total: n (%)	4 (7,8)	5 (9,8)	9 (17,6)	22 (43,1)	10 (19,6)	1 (2,9)	51	
Melhores desempenhos económicos e sociais	M			4	4	7		15	
	F		2	8	13	11	1	35	
	NI					1		1	
	Total: n (%)		2 (3,9)	12 (23,5)	17 (33,3)	19 (37,3)	1 (2,0)	51	

Fonte: Elaboração própria

A presente análise agrupa a escala de likert apresentada, de acordo com duas opiniões fulcrais: (i) discordo (agrupando a opinião “discordo totalmente”, “discordo” e “nem concordo, nem discordo”); e (ii) concordo (agrupando a opinião “Concordo”, e “Concordo Totalmente”. No entanto, existe uma reduzida percentagem de inquiridos que responderam “não sabe/não responde”, mas atendendo aos resultados obtidos, não são objeto profundo de análise.

No que concerne ao Respeito, 92,2% (n= 47) dos inquiridos revela concordar que a escola consciencializa para este valor ou princípio. Todavia, o sexo feminino é mais sensível a esta questão, com (n=23) a concordar com tal aspeto. No que toca ao Compromisso social, à

Equidade e à Solidariedade também apresentam uma percentagem de 84,4% (n=43), 74,5% (n=38) e 86,3% (n=44) de inquiridos a concordar com a afirmação. Face a tais resultados, será que efetivamente a escola funciona e consciencializa para estes valores e princípios? Os resultados indicam que comparativamente com a resposta dos Diretores das escolas, os valores que a escola deve difundir são “o respeito pelo outro, a solidariedade”, a “Educação para os valores”, entre outros. Neste sentido, parece existir concordância entre a opinião dos docentes e a perceção dos Diretores das escolas secundárias.

No que diz respeito ao Individualismo, 70,7% (n=36) afirma discordar e 27,5% (n=14) afirma concordar que a escola consciencializa para tais valores. Verifica-se que existe uma diferença significativa entre opiniões quanto a este aspeto. Com efeito, também os diretores revelam que existe uma sociedade cada vez mais individualista, pautada por valores apenas económicos e individuais.

Simultaneamente, um dos resultados mais surpreendentes, mas não inesperados é a opinião dos inquiridos relativamente à Competição. Neste aspeto, 62,7% (n=32) concordam que a escola consciencializa para a competição, sendo que 35,5% (n=18) discordam. Ora, isto vem recordar a perceção dos diretores das escolas e colocar em cima da mesa um assunto urgente que a escola e a sociedade devem atender. De acordo com os diretores, a escola trabalha com rankings e uma competição extremamente individual, em atingir metas e a treinar para os exames. Então, se a escola consciencializa para a competição na opinião dos docentes e dos diretores, parece-nos que este aspeto deveria ser tomado em atenção perante a Política da Educação, no sentido de o combater, para dar lugar a uma escola como instrumento de Humanização para os valores.

Quanto ao desenvolvimento de melhores desempenhos económicos e sociais os resultados não deixam dúvidas, com a maioria dos inquiridos a concordar com tal afirmação, ou seja, 70,6%.

No que concerne aos resultados da segunda questão (“O sistema de ensino contribui para”) do grupo I do questionário foram selecionadas as seguintes vertentes para a nossa análise constantes na Tabela 2, abaixo identificada:

Tabela 2. O sistema de ensino contribui para que vertentes?

		Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sabe/Não responde	Total	
Sistema de ensino está a contribuir para:	Aumento competição	M		2	8	5		15	
		F		2	4	13	16	35	
		NI		1				1	
		Total: n (%)		3	6	21	21		51
	Desenvolvimento cognitivo dos alunos	M			1	8	6		15
		F		1	4	17	13		35
		NI				1			1
		Total: n (%)		1	5	26	19		51
	Aumento cooperação e interaguda	M		1	5	8	1		15
		F		3	9	18	5		35
		NI				1			1
		Total: n (%)		4	14	27	6		51
	Difundir valores humanizantes	M			4	7	4		15
		F		4	6	17	8		35
		NI				1			1
		Total: n (%)		4	10	25	12		51
	Melhorar sistema económico e social do país	M	1	1	3	8	2		15
		F	2	4	15	11	3		35
		NI			1				1
		Total: n (%)	3	5	19	19	5		51
	Desenvolvimento e garantia do bem-estar social	M	1	1	3	9	1		15
		F	1	3	8	15	8		35
		NI						1	1
		Total: n (%)	2	4	11	24	9	1	51

Fonte: Elaboração própria

Os resultados obtidos indicam que a escola está claramente a contribuir para aspetos como o aumento da competição, 82,4% (n=42), e o desenvolvimento cognitivo dos alunos, 88,2% (n=45). Tais aspetos, revelam-se também na opinião dos diretores, quando referem que a escola tem “metas, programas, objetivos a atingir e o aluno preocupa-se apenas com a nota e em copiar para passar”. “A escola é muito mais cognitiva” revelam os diretores e, comparando com a opinião dos docentes, a escola parece então ser um sistema bastante competitivo e orientado para o desenvolvimento da parte cognitiva dos alunos. Estes resultados trazem um olhar diferente perante aquilo que a LBSE e a Constituição da República nos indicam.

Falar de Educação como instrumento de inclusão social e Humanização é relevante na medida em que permite uma abordagem mais profunda àquilo que está a ser a Educação nos dias atuais. Contudo, e com base na tabela acima identificada, a Educação continua a contribuir para um aumento da cooperação e interajuda, para o desenvolvimento da garantia e do bem-estar social, objetivo máximo da Política Social e, continua a contribuir para difundir valores humanizantes no espaço de aula. Com efeito, a Educação parece ser alvo de uma dualidade de efeitos, ou seja, a ser culpada por alguns aspetos e a ser elogiada por outros: um verdadeiro impasse que a sociedade deve ter em consideração. Este será, em última instancia, o derradeiro desafio da Educação – “É educar e transformar a sociedade”.

Neste sentido, é precisamente para transformar a sociedade que é necessário atender ao currículo das escolas, apresentando-se a tabela 3.

Tabela 3. Que aspetos desenvolvem os planos curriculares?

		Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sabe/Não responde	Total	
Os planos curriculares permitem desenvolver aspetos de:	Compromisso social	M	3	6	6			15	
		F	2	3	15	12	3	35	
		NI				1		1	
		Total: n (%)	2 (3,9)	6 (11,8)	21 (41,2)	19 (37,3)	3 (5,9)		51
	Cidadania	M		4	1	9	1		15
		F	1	2	12	13	6	1	35
		NI					1		1
		Total: n (%)	1 (2,0)	6 (11,8)	13 (25,5)	22 (43,1)	8 (15,7)	1 (2,0)	51
	Solidariedade	M		3	5	7			15
		F	1	4	13	12	4	1	35
		NI					1		1
		Total: n (%)	1 (2,0)	7 (13,7)	18 (35,3)	19 (37,3)	5 (9,8)	1 (2,0)	51
	Cooperação	M		2	2	10	1		15
		F	1		10	15	8	1	35
		NI				1			1
		Total: n (%)	1 (2,0)	2 (3,9)	12 (23,5)	26 (51,0)	9 (17,6)	1 (2,0)	51
Inclusão social	M	1	1	2	10	1		15	
	F	2	3	6	19	4	1	35	
	NI						1	1	
	Total: n (%)	3 (5,9)	4 (7,8)	8 (15,7)	29 (56,9)	5 (9,8)	2 (3,9)	51	
Equidade	M		2	5	7	1		15	
	F	1	2	9	17	5	1	35	
	NI				1			1	
	Total: n (%)	1 (2,0)	4 (7,8)	14 (27,5)	25 (49,0)	6 (11,8)	1 (2,0)	51	

Fonte: Elaboração própria

De acordo com os resultados os atuais planos curriculares não permitem aos alunos desenvolverem plenamente aspetos como o Compromisso social e a Solidariedade, de acordo com a opinião dos docentes, sendo que 56,9% (n=29) e 51% (n=26) indicam discordar da afirmação. No entanto, perante tal facto, note-se que a maioria concorda que os planos de estudo desenvolvem aspetos de Cidadania, Cooperação, Inclusão Social, ou Equidade.

Face ao exposto, parece-nos fundamental que a nossa disciplina a introduzir no currículo possua vertentes de Compromisso social e Solidariedade, através do fomento e realização de projetos inclusivos e solidários, como por exemplo, com Organizações do Terceiro Setor, recorrendo ao voluntariado, trabalho intergeracional, encontros solidários, entre outros. Contudo, para que estes assuntos e projetos sejam colocados em prática, é necessário o auxílio dos professores, pois são eles “o refazedor do currículo”. São eles, recorrendo à opinião dos diretores, os principais “agentes de mudança e inovação, pois abrem portas, mostram caminhos, alargam horizontes e educam para o futuro”. Com efeito, a tabela 4 apresenta as principais funções inerentes ao professor.

Tabela 4. A função dos professores.

		Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Não sabe/Não responde	Total	
Função do professor pressupõe:	Transmitir conhecimentos cognitivos	M							
		F							
		NI							
		Total: n (%)		2 (3,9)	2 (3,9)	18 (35,3)	29 (56,9)		51
	Formação integral alunos	M							
		F							
		NI							
		Total: n (%)	1 (2,0)			10 (19,6)	40 (78,4)		51
	Desenvolver atitudes e valores	M							
		F							
		NI							
		Total: n (%)			1 (2,0)	9 (17,6)	41 (80,4)		51
	Gerir problemas natureza comportamental	M							
		F							
		NI							
		Total: n (%)		1 (2,0)	6 (11,8)	19 (37,3)	25 (49,0)		51
	Respeitar a diversidade dos alunos	M							
		F							
		NI							
		Total: n (%)			1 (2,0)	14 (27,5)	36 (70,6)		51
Respeitar a unicidade da individualidade	M								
	F								
	NI								
	Total: n (%)		1 (2,0)	5 (9,8)	21 (41,2)	24 (47,1)		51	
Ser um modelo comportamental	M								
	F								
	NI								
	Total: n (%)		3 (5,9)	3 (5,9)	21 (41,2)	24 (47,1)		51	

Fonte: Elaboração própria

Neste sentido, os mesmos revelam sobre si, que a função do professor pressupõe: a formação integral do aluno, desenvolver atitudes e valores, gerir problemas de natureza comportamental, respeitar a diversidade do aluno, ser um modelo comportamental, entre outros. Assim sendo, olhando globalmente para os nossos resultados, “um professor motivado e inspirado é um agente de mudança e pode promover valores importantes: solidariedade, cidadania, responsabilidade”. Em sintonia com a opinião dos Diretores, existe, portanto, uma preocupação por parte destes para os alunos e para a sociedade, contudo será impossível funcionarem como agentes de inovação curricular, enquanto a Educação se centrar em cumprir um programa ou finalidade, que não seja conducente com orientações para uma Educação mais humanizada.

Queremos com isto dizer que, se a escola difundir valores estruturais como os que são apresentados na tabela abaixo, talvez esta Humanização seja mais fácil e não tão difícil como a maioria dos Diretores sugere.

Tabela 5. Valores difundidos pela escola.

		Sim	Não	Não sabe/Não responde	Total	
A escola difunde valores estruturais como:	Compromisso com o outro	M	13	2		15
		F	24	11		35
		NI		1		1
		Total: n (%)	37 (72,5)	14 (27,5)		51
	Cidadania	M	14	1		15
		F	29	5	1	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	44 (86,3)	6 (11,8)	1 (2,0)	51
	Respeito pelo outro	M	14	1		15
		F	29	4	2	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	44 (86,3)	5 (9,8)	2 (3,9)	
	Solidariedade	M	13	2		15
		F	29	4	2	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	43 (84,3)	6 (11,8)	2 (3,9)	51
	Identidade cultural	M	11	3	1	15
		F	26	7	2	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	38 (74,5)	10 (19,6)	3 (5,9)	51
	Emancipação do indivíduo	M	11	3	1	15
		F	24	9	2	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	36 (70,6)	12 (23,5)	3 (5,9)	51
	Coesão social	M	10	3	2	15
		F	26	7	2	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	37 (72,5)	10 (19,6)	4 (7,8)	51

Fonte: Elaboração própria

Tais resultados vão ao encontro daquilo que foi apresentado na Tabela 1, uma vez que a maioria dos inquiridos afirma concordar que a escola difunde valores estruturais como a Compromisso Social, o Respeito ou a Solidariedade. No entanto, repare-se num aspeto que traz relevo ao presente estudo: se o Compromisso social, o Respeito, a Solidariedade são aspetos que a escola difunde e consciencializa, como é possível que os atuais planos curriculares não permitam que os alunos desenvolvam estes mesmos aspetos?

Tal pressuposto mostra a necessidade da introdução de uma nova disciplina, que refresque a Educação no sentido desta Humanização. O facto é que, “em termos nacionais, não há nenhuma que tenha de forma consistente e universal para todos os alunos, uma temática que permita trabalhar estes assuntos”. De acordo com os nossos resultados, aquelas que, em primeira instância, pareciam ser as mais relevantes como a Educação para a cidadania, a formação cívica, ou a EMRC não foram levadas em consideração e, acabaram por desaparecer, salvo algumas escolas que, pela sua autonomia, as mantêm.

Todavia, olhando para a tabela 6, abaixo apresentada, é possível entender que o plano de estudos atual incute a criação de valor e bem-estar na sociedade, 56,9% (n=29), o Humanismo como princípio da Economia, 49% (n=25), bem como a promoção da inclusão social, 64,7% (n=33). Ao invés, não incute o materialismo, a procura de bens imediatos, nem meramente uma visão económica e lucrativa. No entanto, ressalve-se que não parece colocar a pessoa no centro das preocupações, sendo que 26 inquiridos (51%) responde negativamente.

Então, mais uma vez estamos perante uma situação que a nossa disciplina deve atender passando também pela preocupação da crise da humanidade.

Todos os resultados revelam ainda uma sensibilidade por parte do sexo feminino a estas questões. Tal facto, justifica-se na leitura dos resultados, na medida em que, as mulheres docentes parecem responder com mais “sentimento”, manifestando a sua opinião de forma diferente dos elementos do sexo masculino. Parecem, portanto, mais conducentes face a estas questões da Humanização do que os homens.

Tabela 6. O que incute o plano de estudos.

		Sim	Não	Não sabe/Não responde	Total	
O plano de estudos incute:	Materialismo	M	3	9	3	15
		F	10	20	5	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	14 (27,5)	29 (56,9)	8 (15,7)	51
	Procura de bens imediatos	M	6	9		15
		F	9	24	2	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	16 (31,4)	33 (64,7)	2 (3,9)	51
	Pessoa no centro das preocupações	M	8	5	2	15
		F	11	21	3	35
NI		1			1	
Total: n (%)		20 (39,2)	26 (51,0)	5 (9,8)	51	
Preocupação pela crise da humanidade	M	8	5	2	15	
	F	16	18	1	35	
	NI		1		1	
	Total: n (%)	24 (47,1)	24 (47,1)	3 (5,9)	51	
Criação de valor e de bem-estar na sociedade	M	8	7		15	
	F	21	10	4	35	
	NI		1		1	
	Total: n (%)	29 (56,9)	18 (35,3)	4 (7,8)	51	
Meramente uma visão económica e lucrativa	M	3	11	1	15	
	F	5	26	4	35	
	NI		1		1	
	Total: n (%)	8 (15,7)	38 (74,5)	5 (9,8)	51	
Humanismo como princípio da Economia	M	8	6	1	15	
	F	17	13	5	35	
	NI		1		1	
	Total: n (%)	25 (49,0)	20 (39,2)	6 (11,8)	51	
Promoção da inclusão social	M	11	4		15	
	F	22	10	3	35	
	NI		1		1	
	Total: n (%)	33 (64,7)	15 (29,4)	3 (5,9)	51	

Fonte: Elaboração própria

Por fim, é de salientar que o plano de estudos atual oferece disciplinas, não obstante daquelas que acabaram por desaparecer, como a Formação Cívica, ou a Cidadania, voltadas para uma sociedade mais justa e coesa, solidária e humanitária, humana, comunicativa e não voltada para o materialismo. Contudo, unidades curriculares como o Português, Inglês, Filosofia, ou mesmo o Inglês são também fulcrais para o desenvolvimento da Humanização à luz dos pressupostos da Economia Social. Neste sentido, também vai ao encontro daquilo que é referido pelos Diretores: a Humanização e todas as suas abordagens deve ser transversal não a uma, mas a todas as disciplinas do currículo.

Tabela 7. Aspetos para uma sociedade mais humanizante.

		Sim	Não	Não sabe/Não responde	Total	
O plano de estudos integra disciplinas para uma sociedade mais:	Justa e coesa	M	8	7		15
		F	23	7	5	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	32 (62,7)	14 (27,5)	5 (9,8)	51
	Solidária e humanitária	M	9	6		15
		F	26	5	4	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	36 (70,6)	11 (21,6)	4 (7,8)	51
	Materialista	M	7	7	1	15
		F	13	19	3	35
		NI		1		1
		Total: n (%)	20 (39,2)	27 (52,9)	4 (7,8)	51
	Humana	M	8	7		15
		F	27	7	1	35
		NI	1			1
		Total: n (%)	36 (70,6)	14 (27,5)	1 (2,0)	51
	Comunicativa	M	10	4	1	15
		F	30	5		35
		NI	1			1
		Total: n (%)	41 (80,4)	9 (17,6)	1 (2,0)	51

Fonte: Elaboração própria

Em consonância com estes resultados, torna-se viável efetuar uma breve análise por concelho, verificando-se que não existem diferenças significativas entre as respostas obtidas nos diferentes concelhos. Especificamente verifica-se que praticamente em todos os concelhos dos dois Distritos, os docentes inferem que o sistema de ensino contribui para o aumento da competição entre os alunos, com uma percentagem de aproximadamente 66,6%, facto que está em consonância com os resultados obtidos na Tabela 2. Relativamente ao aumento da cooperação e entreajuda na sala de aula, os resultados também são unânimes, uma vez que vão ao encontro dos anteriores. Tal facto sugere que estamos perante um sinal de não Humanização e que tem como entraves um sistema de ensino cada vez mais voltado para a competição e para o individualismo. No que diz respeito à difusão de valores humanizantes no espaço de aula, a maioria dos concelhos afirma concordar com a questão, não havendo distinção clara entre os concelhos do litoral e do interior. Contudo, relativamente à questão de contribuir para melhorar o sistema económico e social do País, a maioria dos inquiridos discorda com a afirmação em percentagem superior a 60%, sendo portanto outro ponto para termos em consideração.

Neste sentido, os concelhos do litoral apresentam um comportamento muito semelhante aos concelhos do interior. No entanto, relativamente à competição, por exemplo, os concelhos do interior parecem ser mais susceptíveis a estas questões, apresentando um comportamento mais sensível, na medida em que parece não existir um sentimento de competição tão elevado como nos concelhos do litoral. Por esse mesmo motivo, a atmosfera económica e social do local pode estar a influenciar. Será que se ensina de forma diferente, será que os jovens encaram a Educação de forma diferente, será que fruto da industrialização as oportunidades são as mesmas nestes concelhos?

Na verdade, também os Diretores referiram que comparativamente aos concelhos do litoral, os do interior, apresentam uma valorização dada pelas famílias que não é a mesma dada nas grandes cidades. Face a estas questões pensámos que este compromisso de Humanização deve partir e se expandir desde os meios mais localizados no interior do País, até ao espaço litoral, apesar do problema não se verificar numa zona geográfica específica, mas talvez a nível nacional.

5.3 Conclusão

Este capítulo apresenta-nos o culminar do nosso trabalho. É com os dados apresentados que se torna possível efetuar um balanço sustentável entre a Educação e a Economia Social, passando pela Política da Educação e pela Humanização da Economia. Foram expostos todos esses dados, que junto com o Estado da Arte, isto é, a fundamentação teórica, formam assim um conjunto de proposições positivas para o desenvolvimento e consolidação da Economia Social.

Face ao exposto, as grandes conclusões são:

- (i) Entre concelhos não se verificam diferenças significativas entre respostas;*
- (ii) Entre género verifica-se que o sexo feminino é mais sensível às questões da Humanização;*
- (iii) Entre escolas há grande consonância naquilo que significa a Política da Educação e a Humanização da Economia;*

- (iv) A Educação parece não estar a ser um instrumento para a Humanização;*
- (v) É necessária a criação de uma nova disciplina voltada para as questões da Humanização;*
- (vi) Vivemos a ética do lucro, sem princípios e sem valores humanizantes;*
- (vii) O sistema de ensino está mais voltado para a competição e para o individualismo.*

Capitulo VI – Discussão e Conclusão

Introdução

Após os resultados obtidos, neste capítulo analisa-se e discute-se os resultados à luz da sua relação com a Economia Social. Posteriormente conclui-se o trabalho, deixando algumas pistas para reflexão futura acerca do tema em estudo.

6.1 Discussão

Como mote principal deste nosso trabalho podemos referir que a Educação não parece estar a ser um instrumento de Humanização da Economia, nomeadamente com 88% (n=15) dos entrevistados. Ora, a Educação sendo um fator de sensibilização do coração das pessoas e um fator de auxílio para entender o dia-a-dia mais básico do Ser Humano, nomeadamente as questões de pobreza, miséria, abandono, tal como Delors (1996) e Brunner (2014) afirmam, deveria ser mais consistente para as questões humanas. Neste sentido, existe um desconhecimento acerca de como as coisas funcionam e, associado a isso, as Políticas existentes não estão a conseguir dar resposta a estes impasses económicos, sociais, culturais e políticos. Na nossa opinião, é necessário valorizar mais a pessoa e dentro dessa valorização inclui-se todos os erros, dúvidas, emoções, competências e ideologias que o Ser Humano possui de forma inata, característica do próprio Homem.

A Educação precisa de se comover com estas questões, tal como a Economia Social o faz. Vivemos num mundo onde o conhecimento é a arma do indivíduo, e como tal, uma arma que pode funcionar para o mal, como pode funcionar para o bem. Não apenas um bem-estar social, mas um bem-estar mundial, conducente com os princípios contrários à maximização do lucro e da satisfação de necessidades individuais. Tal como Almeida (2011) defende perante o TS, a Educação deve estar orientada para uma missão educacional, cultural, económica, de apoio social, de defesa dos direitos humanos e tantas outras missões que poderiam ser aqui elencadas. A Economia Social aborda estas questões, e é uma área emergente que colabora para a criação de valor na sociedade, para o desenvolvimento do homem enquanto pessoa, para uma distribuição mais igualitária dos recursos, que ao trabalhar com um setor público e privado, reúne formas capazes de destituir uma potencial crise de valores do seu pedestal. Neste sentido, a Educação, à semelhança da ES deve ser um dos caminhos frutuosos para sair desta crise de

valores, tal como defende Morin (2003). É uma crise agravada face ao sentimento de impotência perante os problemas das sociedades atuais. Com efeito, e atendendo aos resultados obtidos, podemos afirmar que apesar de tudo, a escola tenta ir ao encontro desta Humanização como instrumento de inclusão e desenvolvimento social. É esta a opinião de 59% (n=10). Podemos afirmar então, que a escola é dos poucos locais onde as crianças e os jovens têm a oportunidade de abordar tais questões. Não obstante, existe uma tríade fulcral, que é, de acordo com os entrevistados, a família, a escola e a sociedade. A família é um fator determinante no desenvolvimento da criança. É através dela e das aprendizagens que daí ocorrem, que todo o Ser Humano se desenvolve e, quando esta falha, é a escola que assume esse papel. É a escola que em grande parte dos contextos sociais e culturais atuais, constrói os indivíduos e as suas competências básicas enquanto cidadãos, porque sem Educação será delicado ter princípios de cidadania, respeito, compromisso social, saber ser e saber estar, solidariedade, entre outros. Tal como defende Freire (1997) a Educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. Sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania.

Não obstante, existe na nossa opinião outro ator importante para a orientação da Humanização nas escolas: o Estado.

É este ator que, tem uma responsabilidade acrescida no que diz respeito à Educação e como defende Justino (2011), a forma como o Estado tem lidado com o ensino em nada contribui para que cada uma das partes assuma, de forma transparente e autónoma, o seu papel no sistema de ensino. Simultaneamente, os entrevistados referem que existe uma falta de visão acerca de uma Política educativa consistente, que permita ter sensibilidade para a maioria destas questões.

Todavia, tem existido muitos avanços na Educação, perante desafios que não se esgotam na dimensão de educar para o futuro. Neste sentido, será que a Educação vai convergir para um modelo diferente, ou será que se vai manter um modelo educativo do século passado?

Na verdade, e nas palavras do mesmo autor, “os desafios que as escolas enfrentam nos nossos dias centram-se no facto de a sociedade portuguesa se ter modificado mais rapidamente do que a própria escola. Em muitas zonas do país, as comunidades locais complexificaram-se e diversificaram-se social e culturalmente. Modificaram as estruturas familiares, alteraram-se os estilos e ritmos de vida e as práticas de socialização tendem a orientar-se por novos valores, quantas vezes contraditórios entre si” (Justino, 2011, p.115).

O autor supracitado questiona, o que é que mudou na escola? Nas aprendizagens? Na organização do sistema de ensino? Na sua opinião, destaca que pouco terá mudado. E apresenta como soluções uma “capacidade de adaptação às novas realidades sociais e culturais e respostas flexíveis aos novos desafios que elas representam”. Refere ainda que à unicidade educativa tradicional é necessário encontrar uma alternativa que se afirme pela diversidade das respostas educativas. Neste sentido, parece-nos que as escolas terão que se completar com uma progressiva autonomia curricular e pedagógica, até aos limites do que se definir como currículo nacional. Nesta linha de pensamento, o currículo das escolas deverá ser repensado, construindo uma sensibilização mais ativa para as questões da Humanização, convergente com os domínios da ES. Os Diretores revelam que “existir existe, mas em termos nacionais... (...) não há nenhuma disciplina que tenha de uma forma consistente e universal para todos os alunos, uma temática que permita trabalhar estes assuntos”. Referem ainda que “as escolas tem uma margem de liberdade no currículo para introduzir, mas são pequenas coisas... (...) e de uma forma pontual e pouco consistente”. Os nossos resultados convergem com aquilo que defende o autor, e com aquilo que se verifica no dia-a-dia dos nossos jovens. “Era uma necessidade (...) é muita especialização, quando a realidade que temos é de necessidade de nos centrarmos na partilha, nos valores, e com idades tão baixas das crianças onde o desenvolvimento das temáticas não necessitaria de ser tão aprofundado”, refere um dos entrevistados.

Mais se aponta que, “há ainda muita coisa a ser feita...e não interessa muito as orientações, o que interessa é o terreno, as aulas... (...) verifica-se um grande desfasamento entre a teoria e a prática”. “Essas duas ciências têm de andar a par, é importante a experiência, mas a formação também deve ser permanente, porque sem formação não há motivação”.

Mormente, ao que se refere aos currículos, podemos afirmar que “no secundário não há... (...) ou existem seminários, ou projetos muito específicos que são feitos pelos professores independentemente da sua área de formação... (...) não há nada estruturado para estas questões. Portanto, parece-nos importante referir que atualmente “não há escala humana”.

Faz sentido “falar de Humanização se temos o mundo dentro do bolso das calças com o telemóvel?”. Este é de facto um dos grandes desafios do sistema de Educação atual: como integrar todas estas questões nos currículos! Mas o ser humano é capaz de vencer.

Exemplificando, tal como um dos entrevistados nos relatou: “pensem no Ícaro, que para fugir e saltar da prisão construiu umas asas com cera. Mas, depois de conseguir voar, quis

chegar ao sol e esqueceu-se que a cera começou a derreter. A humanidade está neste ponto. Temos continuamente ultrapassado uma série de obstáculos, mas temos que medir bem em que ponto estamos e em que ponto queremos estar, com o receio que a cola que nos une possa desfragmentar tudo”.

Pensámos que seria, nesta linha de pensamento, uma mais-valia a introdução de uma nova disciplina nos planos curriculares, potencialmente intitulada de “Arte e Prática da Humanidade”, sensível às questões da Humanização. Em vista dos argumentos apresentados, tal disciplina teria como questões de base: (i) o que se vai aprender?; (ii) Que temas se lecionam?; (iii) Que assuntos se abordam?; (iv) Quais os valores que se transmitem?; (v) Que perspectivas futuras se oferecem?; (vi) Que relações humanas se criam?; (vii) Qual o valor que se pode dar à Economia humana?

Em face a essa realidade e aos resultados obtidos, somos levados a acreditar que nessa disciplina é imprescindível:

- (i) Aprender tudo o que falta para formar o homem global e tudo aquilo que o professor ache oportuno e indispensável abordar;
- (ii) Lecionar temas como a segurança rodoviária, a Educação sexual, entre outros;
- (iii) Abordar assuntos práticos de informação geral, noções de direito, de responsabilidade social e pessoal;
- (iv) Transmitir valores de: ética, respeito, tolerância, solidariedade, cidadania, cooperação, partilha, de saber ser e saber estar, saber ouvir, falar, entre outros;
- (v) Oferecer perspectivas futuras de respeito com os mais velhos, com o outro, perspectivas de autorreflexão e autocrítica, perspectivas de mudança social e económica mais favorável para o homem;
- (vi) Criar relações mais humanizadas, relações de diálogo, relações transversais com as outras disciplinas; relações de voluntariado, relações de envolvimento na comunidade, entre outras;
- (vii) Dar um valor diferente à riqueza, redistribuindo-a de forma mais equilibrada, dar um valor mais caloroso à paz e à justiça, dar um valor diferente ao que é diferente.

Mais se assume que esta disciplina deveria construir ações, projetos, parcerias com Organizações do Terceiro Setor e encetar formas de aplicar ao quotidiano parte destas questões. Isto para que, todos os intervenientes, quer alunos, professores, diretores, auxiliares, técnicos, quer dirigentes das Organizações renovassem a sua sensibilidade e chamassem ao mundo aquilo que melhor possuem dentro de si. Podemos dar como exemplo, um projeto de voluntariado, um concerto solidário, um convívio intergeracional, ações junto das autoridades, atividades junto de parceiros locais e nacionais, de várias áreas, entre outros. Todos estes aspetos, organizados em comunhão com as escolas, pais e comunidade para que o futuro não fosse tão individualista e competitivo como nos mostram os resultados dos nossos inquéritos.

Em virtude dos factos mencionados, resta ao Homem saber “apostar na linha da Humanização, da regulação dos sistemas de forma a não prejudicarem as pessoas, a valorizarem o ser humano nas suas múltiplas dimensões, sem escamotear o referencial dos Direitos Humanos”. Resta ao Ser Humano e à sociedade saber o que quer e por qual caminho quer seguir. Levando-se em consideração estes aspetos, entendemos que face aos nossos resultados “é preciso uma Educação de uma classe emergente que tenha coragem suficiente para colocar a pessoa no centro da sociedade, retirando-lhe o financeiro e o económico (porque esses devem ser subsidiários para a construção da pessoa) e então, teremos uma sociedade, talvez utópica, mas mais humana, social, e solidário do que temos hoje”, refere um dos entrevistados.

Ao elaborarmos uma análise deste trabalho, é conveniente esclarecermos que as nossas preocupações evidenciadas na parte inicial do trabalho foram pautadas por um esforço delicado, no sentido de as concretizar num plano que não se esgota, com a presente Tese de Mestrado.

Neste sentido, (i) enquadramos a Política Social, as suas finalidades e objetivos, que prossegue o alcance da garantia e promoção do bem-estar social; (ii) Investigámos a evolução histórica e novas abordagens à Política Social da Educação, aferindo os seus valores e princípios, existindo um direito universal ao ensino com garantia de igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar; (iii) Verificámos o humanismo como princípio da Economia, que pretende renovar a Economia para a evolução consciencializada de valores sociais que respeitem o Homem de forma holística e individual; (iv) Evidenciámos proposições teóricas e metodológicas para um programa interdisciplinar de Humanização da Economia, com o avanço de considerações para a criação de uma disciplina voltada para a Humanização; (v) Olhámos para o domínio da ES e

tentámos averiguar se a Educação está a humanizar a sociedade à luz dos princípios de base social, afirmação que é sustentada com os resultados obtidos através de uma metodologia de cariz misto, nomeadamente da recolha de entrevistas e questionários nas escolas secundárias de cada concelho do Distrito de Braga e Viana do Castelo.

Na mesma linha de pensamento é importante referir que no âmbito das implicações práticas para a abordagem da ES, as nossas abordagens permitiram entender que:

- (i) O Estado assume uma elevada importância no que diz respeito à sua intervenção perante a Economia, enquanto agente regulador, na medida em que formula, financia e orienta políticas que podem ser convergentes com os domínios em que queremos atuar;
- (ii) A Educação é uma mais valia para a ES, uma vez que sem Educação não há Economia, fator de desenvolvimento das sociedades, e por isso, sem Educação não conseguimos estes princípios e a promoção de uma sociedade mais humana, como nos a clara a ES;
- (iii) A Política da Educação parece contribuir para estruturar melhores desempenhos económicos e sociais, uma vez que 70,6% (n=36) dos inquiridos responderam concordar com tal afirmação.

Face ao apresentado, estamos cientes que refletimos seriamente acerca das Políticas Públicas para a inclusão, neste caso sobre a Política da Educação. Averiguamos se a Política da Educação está a ser um instrumento de inclusão e Humanização da Economia, e especificamente, orientamos uma potencial disciplina para incluir no plano curricular, sensível às questões formuladas.

Contudo, na opinião de Justino (2010, p.94) “falta uma visão de futuro à maior parte dos agentes direta ou indiretamente envolvidos nos problemas da Educação”. E, sem tal visão de futuro, não há rumo possível nem capacidade de mobilização dos recursos para um desígnio que a todos diz respeito. O mesmo autor é sensível a uma potencial sociedade de 2025, o que nos coloca face a uma incerteza avassaladora, perante todos os fenómenos que se agitam no mundo atual: globalização, inovação tecnológica, novas formas de competitividade nos mercados internacionais, o aumento da mobilidade das diferentes formas de capital (capital humano). Tais fenómenos transformam as bases da organização social, das Economias e dos Estados (Justino,

2010), e por este mesmo motivo também os Diretores revelam uma incerteza acerca de como será o futuro da Educação.

Neste domínio parece-nos que a sobrevivência da Economia Social passará por enfrentar estes desafios, com um sentimento diferente de confiança e investimento no futuro.

Como escreve Smith (1950; 2014, p.95) numa sociedade civilizada o Homem necessita constantemente da ajuda e cooperação de uma imensidade de pessoas e, a sua vida mal chega para lhe permitir conquistar a amizade de um pequeno número. “Dá-me o que eu quero, e terás isto, que tu queres” é o significado do tempo atual. É assim que obtemos uns dos outros a grande maioria dos favores e serviços que necessitamos, não da bondade das pessoas, mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse. Estamos a apelar não para a sua humanidade, mas para o seu egoísmo e, nunca falamos das nossas necessidades, mas das vantagens dessas mesmas pessoas. Como o autor revela, “a caridade das pessoas bondosas é que, na realidade, lhe fornece todo o seu fundo de subsistência”.

Smith (1759; Braun, 1997) revela que a busca da riqueza é um engano, que desperta e mantém em movimento contínuo a indústria do humano. Este desejo condenável de riqueza tem consequências não intencionais, cujos ricos são egoístas e gananciosos e gastam o seu dinheiro em fantasias de modo a satisfazer as suas necessidades.

Para finalizar esta discussão e análise do trabalho, é importante referir que apesar das readaptações que o trabalho ao longo do tempo vai sofrendo, pensámos que o mais importante foi a readaptação do trabalho desenvolvido a nível pessoal. Isto é, a aprendizagem adquirida num contexto escolar e num ambiente externo à escola, no qual se cresce, desenvolve novas capacidades e se aprende a crescer. A nível pessoal, foi mais do que uma tese de mestrado. Significou uma aprendizagem constante, um desenvolver de capacidades, de relações, de aquisição de novas competências. Uma verdadeira experiência única e enriquecedora, tanto a nível pessoal como a nível profissional. Isto significa crescer e desenvolver-nos enquanto cidadãos e seres conscientes do nosso propósito enquanto humano. É desenvolvido um culminar de direções moldadas à orientação da Economia Social, com um sentimento de dedicação, evolução, e construção de conhecimento. Pensámos que com este crescimento existe uma “transformação” sempre positiva e única, resultante de um trabalho com o intuito de se (re)construir o Homem que desafia as orientações da Humanidade.

É bom pensarmos que contribuí-mos para a melhoria e consciencialização de algo, para o bem-estar de indivíduos, que fazem parte da nossa própria sociedade, que tem ainda muito para crescer. Encontrámos nas escolas, ou seja, na parte prática do nosso trabalho, ainda alguma reserva no que diz respeito às questões no âmbito da Humanização, dos valores e até da própria Economia Social. O desafio parece estar em saber como conduzir tais assuntos, que não deixam de ser sensíveis ao Estado da sociedade atual e trabalhá-los, num plano que não se esgota na dimensão “sala de aula” ou “casa”. Estamos cientes que com cuidado, dedicação, orientação e vontade tudo se consegue. Afinal, tal como um quadro precisa de ser trabalhado para resultar numa magnífica obra de arte, também nós, seres humanos, precisamos de ser trabalhados, para sermos bons e interagirmos dignamente com a Natureza e nós próprios.

Pela observação dos aspetos mencionados, faz sentido pensarmos numa Economia mais voltada para a pessoa, que não olhe para os bens materiais, que se contrapõe ao modelo capitalista, não centrada no lucro, nem na individualidade, mas na criação de valor e na coletividade.

6.2 Orientações futuras

Face ao exposto neste trabalho, existem razões para se avançar com novas estratégias de ação, quer para a prática, quer para a intervenção/investigação, sendo uma dessas razões o facto de a Educação não estar a ser um instrumento para a Humanização da Economia. Outra é a luta pela melhoria da qualidade de vida da população, que neste momento se encontra face a grandes desafios inerentes a qualquer localidade geográfica, como é exemplo, o caso do envelhecimento populacional, da pobreza, da solidão, da fome, das doenças de foro oncológico, entre outros. Assim, à semelhança do que referem Alley e Hendricks (2010), partir dos dados para orientar a prática e partir da prática para delinear planos de intervenção, é apresentar novos percursos, benéficos para a Economia Social e a Educação.

Os autores consideram que para além de cada um de nós precisar de investigação, é necessário saber ler a ligação entre os objetivos-metodologia-resultados, implicando um nível de Educação orientado para a análise e crítica da investigação e intervenção. Ora, na nossa perspectiva é precisamente isso que o presente trabalho nos oferece e foram esses aspetos que foram cuidadosamente pensados aquando da delineação dos nossos objetivos.

Mais se revela que o país investe cerca de 2.500 milhões de Euros anuais em investigação científica e a capacidade de harmonizar o país é a solução para o desenvolvimento que tanto queremos alcançar (Godinho, 2003).

Simultaneamente, voltando à questão elencada por Justino (2011), parece conveniente orientarmos uma Educação que esteja preparada para enfrentar a incerteza. Neste sentido, que o ensino permita:

- (i) Diversificar a formação cultural (Línguas, História, Literatura, Filosofia, Artes);
- (ii) Combinar a cultura científica (Matemática, Ciências, etc.);
- (iii) Resolver problemas, incentivar à reflexão, ao confronto de várias soluções, etc.;
- (iv) Melhorar a capacidade de questionar e formular bem os problemas, construir hipóteses e identificar muito bem porque caminho queremos prosseguir.

Elaborando uma breve retrospectiva do nosso trabalho estamos cientes que, futuramente, em complemento a este, a integração de uma vertente mais profunda, isto é, a uma amostra composta por mais elementos (incluindo o número de escolas, docentes e alunos), quer a nível qualitativo, quer a nível quantitativo, será uma mais-valia para o enriquecimento dos resultados. Para além disso, será um ponto benéfico a realização de outros estudos, que englobem os concelhos não analisados, mas também incluir as escolas privadas para uma posterior comparação, quer entre concelhos, quer entre diferentes localidades geográficas do litoral/interior, norte/sul de Portugal.

É notória a necessidade das Organizações possuírem indivíduos com áreas de formação diversas, técnica e científica para que possam intervir a vários níveis (biopsicossocial), através de linhas orientadoras como é o caso da Economia Social. Nenhum ser humano é igual e nem todos os contextos de vida são iguais. Para terminar, pensámos que oferecemos um contributo significativo para o domínio da Economia Social, sugerindo que se alargasse ainda mais o seu âmbito de estudo, com outras áreas científicas, bem como uma maior sensibilização para a comunidade face a estas questões.

Como defende Godinho (2013, p.109), “o interesse dos investigadores têm-se fixado sobretudo na inovação e não na sua difusão, certamente porque existe mais glamour em torno da descoberta da novidade de um novo produto ou de uma nova tecnologia, que em torno da análise da sua disseminação, quando essa inovação já surgiu há dez, vinte anos, ou mesmo cem anos”. Neste caso, o nosso trabalho, apresenta um tema que surge há mais de uma década,

cujos desafios ainda se debatem, e cuja difusão necessita de mais “glamour”. Por este mesmo motivo optámos por apresentar e difundir a Educação como instrumento para Humanizar a Economia.

“Educar é enriquecer e ficámos mais ricos se formos educados, formados, desenvolvidos” (Mourão, 2015). Em suma, queremos deixar claro, concordando com a perspetiva do autor que “quando falamos de Escola, Educação ou Ensino, falamos de algo extremamente preciso” e, que nos coloca algumas questões:

- Queremos aprender depressa ou queremos aprender bem?
- Queremos educar para a cidadania ou queremos educar para os resultados?
- Queremos formar cidadãos ou queremos formar meros produtores e consumidores?
- Aceitamos uma educação ao longo da vida, disponibilizando aos cidadãos ativos a possibilidade de enriquecimento ao longo das etapas do seu percurso ou desejamos uma educação momentânea e intensa, concentrada no primeiro quarto de vida?

É portanto, à luz destas considerações que faz sentido refletirmos sobre este nosso trabalho, que incorpora a Educação com a Economia Social. Em suma, tal como defende Mourão (2015, p.113), como todos desejamos o melhor para o futuro, ao discutir programas, currículos e políticas, devemos refletir: *com estas regras, todos desejam jogar?*

Assim, “numa altura em que Portugal está esgotado em termos de respostas sociais, a entrada de uma sociedade responsável é uma das grandes soluções para os problemas que vêm aí. Perante a cegueira do consumismo de tantos que leva ao abandono das verdadeiras necessidades (como a educação dos filhos) em prol de necessidades artificiais (redes por cabo, televisão digital) e, perante um esgotamento da resposta pública, espera-se um ativismo da sociedade, do Terceiro Setor e do espírito voluntário que nos mostra que, mais importante do que as crises económicas, são as respostas que cada um dá ao seu próximo” (Mourão, 2015, p.216).

6.3 Conclusão

O presente trabalho assume-se como um culminar de orientações e preocupações para o desenrolar do trabalho futuro na área da Economia e da Educação.

Procurámos na nossa análise efetuar um balanço entre a Educação e as suas políticas, entre a Humanização e a Economia Social, e verificar de que forma tais aspetos são um contributo para a otimização da sociedade. Evidenciamos o carácter das políticas e de formas de Educação para a Humanização da Economia, e esperamos que com a criação de uma disciplina orientada para estas questões, o nosso contributo se afirme como um passo sério e positivo na divulgação e otimização desta área de estudo. Todas as questões, desde a questão de partida aos objetivos de estudo foram aclaradas, sendo objeto de tratamento e resposta na Discussão do presente trabalho. Seria relevante ter em consideração algumas preocupações que se colocam à Economia Social, e que trazem também valor a uma sociedade cada vez mais ilusória e utópica: descomprometida de questões sociais, humanas que lhe estão, ou deveriam estar intrincadas.

Neste sentido, colocam-se em cima da mesa assuntos indispensáveis, tratando-se cremos de ações não apenas complexas, mas ações essenciais que devem ser tidas em conta. Uma delas é a Educação, ou nas palavras de Viana (1961) da *assistência educativa*, assumindo-se como a primeira e mais importante de todas as assistências (ética, construtiva, preventiva, curativa, etc.), sendo que durante toda a vida, sempre o ser humano carece de ser educado, orientado e esclarecido: preparado moral e socialmente para o cumprimento da sua missão de chefe de família, mãe de família, de cidadão ou profissional.

Queremos com isto dizer, que todos os pontos merecem ser ponderados no sentido de encontrar uma solução em extensão e profundidade para a Humanidade. Os responsáveis, na nossa opinião devem aumentar as suas ações, não as limitando apenas a um momento escolar de aprendizagem. Espera-se assim, citando o mesmo autor, *uma sociedade mais humana, saudável, digna, com a abertura de novos horizontes a um mundo futuro, de ordem social, política e económica mais favorável para o homem* (Viana, 1961, p.46).

Face ao exposto, quem sabe a Educação atravessasse este tempo, humanizando e renovando a Economia. Uma Economia Social, voltada para a evolução consciencializada de valores sociais, que respeite de forma holística o indivíduo e, desenvolva novas formas de ser, estar e atuar em sociedade.

Referências Bibliográficas

- Almeida, V. (2011). Estado, mercado e terceiro setor: a redefinição das regras do jogo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95. Centro de estudos sociais.
- Alley, D. E., Putney, N. M., Rice, M., & Bengtson, V. L. (2010). The increasing use of theory in social gerontology: 1990–2004. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 65B (5), 583–590.
- Azevedo C. (2015). *Temas em Economia Social*. IES Social Business School.
- Bell, J. (1993). *Doing Your Research Project: A Guide For First-Time Researchers in Education and Social Science*. (M. Cordeiro, Trad.). Como Realizar um Projecto de Investigação, 1997). Lisboa: Gradiva, Publicações S.A.
- Blanco, P., Jové, M. C., & Reverter, J. (2012). Paradigma estratégico para el desarrollo de habilidades competenciales. Estudio descriptivo sobre la variabilidad en la percepción de habilidades competenciales de 40 alumnos de educación física en fase de formación inicial. *Educación XX1*, 15 (2), 231-248.
- Brunner, J. J. (2014). La idea de la Universidad pública en América Latina: Narraciones en escenarios divergentes. *Educación XX1*, 17(2), 17-34.
- Carreira, H. M. (1996). *As Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.
- Conselho Nacional da Educação (1996). *Educação, Economia e Sociedade*. Lisboa: Ministério da Educação (CNE).
- Coutinho, M. (2003). *Economia Social em Portugal: a Emergência do Terceiro Setor na Política Social*. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS).
- Delors, J. (1996). Educação um tesouro a descobrir. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Dany editora.
- Delors, J. (1996). La educación encierra un tesoro. *Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre la Educación para el siglo XXI*. Paris: UNESCO.
- Direção Geral da Educação (2016). Recuperado de: <http://www.dge.mec.pt/ensino-secundario>.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar, Curitiba*, 24, 213-225.
- Estanque, E. (2012). O Estado Social em Causa: Instituições Sociais, Políticas Sociais e Movimentos Sociolaborais no Contexto Europeu. In *A crise do euro e o futuro do modelo social europeu* (Dir. Eduardo Lourenço). Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica.
- Estêvão, C. V. (2012). *Políticas e valores em Educação: repensar a Educação e a escola pública como um direito*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

- Fraser, M., & Gondim, S. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14 (28), 139-152.
- Freire, P. (1997). Política e Educação. *Questões da nossa época*, vol. 23, Cortez Editora.
- Freire, P. (1997). Papel da Educação na Humanização. *Revista de Faeeba*, 7, Faculdade de Educação do Estado de Bahia, Brasil.
- Godinho, M. M. (2013). *Inovação em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Goleman, D. (1999). *La inteligencia emocional en la empresa*. Buenos Aires: Ed. Vergara.
- Hendricks, J., Applebaum, R., & Kunkel, S. (2010). A World Apart? Bridging the Gap Between Theory and Applied Social Gerontology. *The Gerontologist*, 50 (3), 284-293.
- Herrán, A. (2011). Reflexiones para una reforma profunda de la educación, desde un enfoque baseado en la complejidad, la Universidad y la Conciencia. *Educación XXI*, 14 (1), 245-264.
- Justino, (2010). *Difícil é Educá-los*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Lima, J. (1996). O papel de Professor nas Sociedades Contemporâneas. *Educação, Sociedade e Cultura*, nº6, 47-72.
- Morin, E. (2003). *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana*. Brasil: Editions Balland.
- Morin, E. (2000). *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: UNESCO & Cortez Editora.
- Mourão, P. R. (2015). *Economia sem gravata*. Lisboa: Chiado Editora.
- Nicolescu, B (1997). Um novo tipo de Conhecimento. *Educação e Transdisciplinaridade*, 1-165.
- Oliveira, P. (2007) Crise de Valores: Desafio à sustentabilidade. *Educar para a vida: reflexões para pais e educadores*. Petrópolis: Vozes.
- Pereira, O. P. (2008). Educação, competências e habilidades na perspectiva evolucionista. In Neira et al (ed), *Investigaciones de Economía de la Educación*. España: AEDE-asociación de economía de la educación, 3, 209-216.
- Pereira, O. P. (2013). Metacompetences: How important for Organizations? Analysis of a survey in Portugal. *Regional and Sectoral Economic Studies*, 13 (2), 73-88.
- Pereira, O. P. (2015). "VET: Strategic approach for economic, organizational and personal development in EU countries". *Revista Galega de Economía*, 24 (2), 111-124.

- Pereirinha, J. (2008). *Política Social: Fundamentos de Atuação das Políticas Públicas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Pires, E. (1987). *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Porto: Edições ASA.
- Quivy, R., & Campenhoudt, LV. (1995). *Manuel de recherché en Sciences Sociales*. (Marques, J. M., Mendes, M., & Carvalho, M., trad.) Manual de Investigação em Ciências Sociais. Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Gradiva – publicações, Lda.
- Rocha, O. (2012). Economia e Humanização: Desafios éticos atuais. *Anais do congresso internacional da faculdades, 1*, 1162-1177.
- Santos Álvarez, M. V., & Samaniego, M. J. (2015). Resultado del proceso educativo: El papel de los estilos de aprendizaje y la personalidad. *Educación XXI, 18* (2), 323-349.
- Sakamoto, B. (2010). *Educação, ciência e ética na riqueza das nações de Adam Smith*. Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), 1-6.
- Seabra, F. I. (2010). Ensino Básico: Repercussões da Organização Curricular por Competências na Estruturação das Aprendizagens Escolares e nas Políticas Curriculares de Avaliação. Tese de Doutoramento em Educação. Área de Conhecimento em Desenvolvimento Curricular. *Instituto de Educação e psicologia da Universidade do Minho*.
- Smith, A. (1950). *Inquérito sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações, vol. I*. (T. Cardoso & L. Aguiar, Trad.). Fundação Caloust Gulbenkian, 2014. (Obra original An Inquiry Into The Nature and Causes of The Wealth Of Nations).
- Smith, A. (1759). *La Teoria de los Sentimientos Morales*. (C. Brown, Trad.). Alianza Editorial, S. A., Madrid, 1997. (Obra original The Theory of Moral Sentiments).
- Serrano, G.P. (2008). *Elaboração de projetos sociais: Casos práticos*. Portugal: Porto Editora.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Teodoro, A. (2003). *A Construção Política da Educação, Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vásquez, E. (2006). Principios de economía humanista. *Economía y Sociedad, 29*, 5-26.
- Viana, M. (1961). *Em prol da Humanização do Homem*. Liga Portuguesa de Profilaxia Social. Porto.

Zamberlam, C., & Silveira, G. (2012). *Onde está o humanismo da Economia? A reestruturação do trabalho criando a obsolescência do Estado de bem-estar social*. UFRGS, p.7-22.

Anexos

Anexo 1. Entrevista aos Diretores das Escolas secundárias

- 1) No seu entender, o que significa a “Política da Educação”?
- 2) O que entende por “Humanização da Economia”?
- 3) A Educação atual preocupa-se em difundir valores estruturais (como o compromisso com o outro ou o saber ser e o saber estar) na personalidade do aluno? De que forma, e como é que reagem os alunos a tais valores?
- 4) Hoje, quais são os grandes desafios que se colocam ao nosso sistema de Educação?
- 5) De acordo com Maria Flores (1998) os professores são vistos como “agentes de mudança e inovação curricular no processo de ensino”. De que forma, considera que diariamente esta afirmação é válida? Pode exemplificar?
- 6) Atualmente, a Educação está a ser encarada como instrumento de Humanização da sociedade?
 - a. Se sim, em que é que se baseia?
 - b. Se não, o que é que propõe para se mudar?
- 7) Considera que a nova reforma do sistema educativo vai ao encontro da Humanização, como instrumento de inclusão e desenvolvimento social?
- 8) Adam Smith defende como tarefa do Estado “desenvolver os princípios de humanidade dos indivíduos através de uma Educação ética”. Na sua opinião, atualmente este princípio continua válido? Porquê?
- 9) De que forma, o sistema de Educação, influencia e é uma mais valia na estruturação da Economia?
- 10) A pensar na Humanização da sociedade, como será a Educação do futuro?
- 11) Na sua opinião, nos planos de estudo em vigor existe uma disciplina que se preocupa com a “Humanização”?
 - a. Se sim, qual?
 - b. Se não, que conteúdos e objetivos a serem abordados numa nova disciplina?

Obrigado pela colaboração!

Anexo 2. Questionário aos Docentes do ensino secundário das escolas secundárias*

Dados de Identificação

Sexo: Masculino O Feminino O Unidade Curricular que lecciona: _____
 Idade: _____ Ano: _____
 Escola: _____ Curso: _____
 Concelho: _____ Há quantos anos exerce a profissão: _____

Este questionário tem como objetivo recolher a opinião dos docentes do ensino secundário acerca da importância da Política da Educação em Portugal para a inclusão e Humanização da Economia. É confidencial e anónimo.

Seguidamente apresentam-se questões sob a forma de afirmação acerca do tema. Para cada, é pedido que assinale em que medida concorda ou discorda, utilizando a escala indicada.

1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Nem concordo, nem discordo; 4 - Concordo; 5 - Concordo Totalmente; 6 - Não Sabe/Não Responde.

I - A Educação consciencializa para:	1	2	3	4	5	6
1) Respeito	0	0	0	0	0	0
2) Compromisso Social;	0	0	0	0	0	0
3) Equidade;	0	0	0	0	0	0
4) Solidariedade;	0	0	0	0	0	0
5) Individualismo;	0	0	0	0	0	0
6) Compreensão do mundo;	0	0	0	0	0	0
7) Princípios de democracia e justiça social;	0	0	0	0	0	0
8) Colaboração com tarefas sociais;	0	0	0	0	0	0
9) Ensinar o humano ao humano;	0	0	0	0	0	0
10) Cooperação;	0	0	0	0	0	0
11) Competição;	0	0	0	0	0	0
12) Melhores desempenhos económicos e sociais;	0	0	0	0	0	0
13) Formar a unidade na diversidade.	0	0	0	0	0	0

II – Considero que o sistema de ensino está a contribuir para:	1	2	3	4	5	6
1) O aumento da competição entre os alunos;	0	0	0	0	0	0
2) O crescimento pessoal e social dos alunos;	0	0	0	0	0	0
3) O desenvolvimento de competências emocionais e sociais;	0	0	0	0	0	0
4) O desenvolvimento cognitivo dos alunos;	0	0	0	0	0	0
5) Reduzir o desenvolvimento social dos alunos;	0	0	0	0	0	0
6) Melhorar a integração social dos alunos;	0	0	0	0	0	0
7) Dificultar a integração social dos alunos;	0	0	0	0	0	0
8) O aumento da cooperação e interajuda;	0	0	0	0	0	0
9) A formação do carácter dos alunos;	0	0	0	0	0	0
10) Difundir valores humanizantes no espaço de aula;	0	0	0	0	0	0

11) Conscientizar o professor para a resolução de problemas de natureza comportamental e social;	0	0	0	0	0	0
12) Melhorar o sistema econômico e social do país;	0	0	0	0	0	0
13) Encarar os desafios da sociedade atual;	0	0	0	0	0	0
14) Lidar com problemas como, por exemplo, a exclusão social;	0	0	0	0	0	0
15) O desenvolvimento e garantia do bem-estar social.	0	0	0	0	0	0

III – Na minha opinião, os atuais planos curriculares permitem aos alunos desenvolverem aspetos:	1	2	3	4	5	6
1) De compromisso social;	0	0	0	0	0	0
2) De cidadania;	0	0	0	0	0	0
3) De solidariedade;	0	0	0	0	0	0
4) De cooperação;	0	0	0	0	0	0
5) De emancipação do indivíduo;;	0	0	0	0	0	0
6) De coesão social;	0	0	0	0	0	0
7) De inclusão social;	0	0	0	0	0	0
8) De inclusão profissional;	0	0	0	0	0	0
9) De equidade;	0	0	0	0	0	0

IV – Considero que a função do professor pressupõe:	1	2	3	4	5	6
1) Transmitir conhecimentos cognitivos;	0	0	0	0	0	0
2) Contribuir para a formação integral dos alunos;	0	0	0	0	0	0
3) Desenvolver atitudes e valores;	0	0	0	0	0	0
4) Gerir problemas de natureza comportamental;	0	0	0	0	0	0
5) Respeitar a diversidade dos alunos;	0	0	0	0	0	0
6) Respeitar a unicidade da individualidade;	0	0	0	0	0	0
7) Ser um modelo comportamental para os alunos;	0	0	0	0	0	0

Grupo II

Assinale em que medida concorda ou discorda da afirmação

V – A escola atual difunde valores estruturais como:	Sim	Não	NS/NR
1) Compromisso com o outro;	0	0	0
2) Cidadania;	0	0	0
3) Respeito pelo outro;	0	0	0
4) Solidariedade;	0	0	0
5) Identidade Cultural;	0	0	0
6) Emancipação do Indivíduo;	0	0	0
7) Coesão social.	0	0	0

VI – O plano de estudos permite:	Sim	Não	NS/NR
1) Passar de um modelo de sociedade baseada na competição, para um modelo baseado na cooperação;	0	0	0
2) Desenvolver a pessoa no sentido critic, criativo e ativo;	0	0	0
3) Ira o encontro das atuais necessidades da sociedade.	0	0	0

VII – O plano de estudos incute:	Sim	Não	NS/NR
1) O materialismo;	0	0	0
2) A procura de bens imediatos;	0	0	0
3) A pessoa situada no centro das preocupações;	0	0	0
4) Preocupação pela crise da humanidade;	0	0	0
5) A procura pela criação de valor e de bem-estar na sociedade;	0	0	0
6) Meramente uma visão económica e lucrativa;	0	0	0
7) O humanismo como princípio universal;	0	0	0
8) A promoção da inclusão social.	0	0	0

VIII – O plano de estudos integra disciplinas vocacionadas para uma sociedade mais:	Sim	Não	NS/NR
1) Justa e coesa;	0	0	0
2) Solidária e Humanitária;	0	0	0
3) Materialista;	0	0	0
4) Humana;	0	0	0
5) Comunicativa.	0	0	0

IX – Existe uma disciplina que os conteúdos programáticos visam a Humanização de valores?	Sim O	Não O	NS/NR O
IX a) Se sim, qual?			
IX b) Se não, que disciplina a introduzir no plano de estudos?			

*Inquérito realizado em Microsoft Excell

Anexo 3. Pedido de colaboração às escolas para aplicação das entrevistas e dos questionários

Exmo(a). Senhor(a) Diretor(a)

Assunto: Dissertação de Mestrado

Viana do Castelo, Fevereiro de 2016

EU, Daniel Gonçalves Novo Gomes, aluno do segundo ano de Mestrado em Economia Social, da Escola Economia e Gestão, da Universidade do Minho, venho por este meio solicitar a vossa colaboração na recolha de dados para a elaboração da minha Dissertação de Mestrado sob o tema: **“A Política da Educação: Instrumento de Humanização da Economia?”**.

O objetivo desta investigação é refletir sobre as Políticas Públicas para a inclusão. Neste caso, centra-se sobre a Política da Educação e pretende averiguar se tal política está a ser um instrumento de inclusão e de Humanização da Economia/sociedade em Portugal.

A presente investigação tem como público alvo os Professores do ensino secundário (10º, 11º e 12º anos de escolaridade) e os Diretores de Escolas dos Distritos de Viana do Castelo e Braga. A metodologia é de cariz misto, quantitativo e qualitativo, do tipo exploratório, através da aplicação de inquéritos por questionário aos Professores e de entrevistas aos Diretores. Neste sentido, será crucial o vosso contributo, pelo que apelo à vossa colaboração.

Na expectativa de uma resposta urgente, subscrevo-me com elevada consideração e estima.

Ao dispor,

(Daniel Gomes)

Mestrado Economia Social 2º ano
Escola Economia e Gestão - UM
Tlm: 962078311
Email: danielgomes0808@gmail.com

Anexo 4. Consentimento informado para os Diretores

CONSENTIMENTO INFORMADO

Nome do participante:

Esta investigação tem como objetivo refletir sobre a importância das Políticas Públicas para a inclusão. Dentro destas, aparece a Política da Educação. Assim, pretendemos averiguar se a Política da Educação em Portugal está a ser um instrumento de inclusão e Humanização da Economia.

Fui informado que me será solicitado a responder a questões no domínio da política da Educação, cuja contribuição dará suporte à elaboração da dissertação de Mestrado em Economia Social pela Universidade do Minho sob o tema **“A Política da Educação: Instrumento de Humanização da Economia?”**.

A minha participação é voluntária e as informações que fornecerei serão utilizadas apenas para o fim em questão. Por tal facto, dou o meu consentimento informado de livre vontade para participar nesta investigação.

Autorizo a gravação da entrevista em formato áudio: Sim ____ Não ____

Data ____/____/____

Assinatura do Participante:

Assinatura do Entrevistador:

Anexo 5. Cronograma Geral

Cronograma Geral								
Atividades realizadas	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Leituras prévias	█							
Revisão da literatura	█	█						
Objetivos, Hipóteses e Metodologia		█	█					
Preparação dos instrumentos de recolha de dados			█					
Aplicação dos pré-testes (inquéritos e entrevistas)				█				
Recolha de dados					█	█	█	
Tratamento dos dados						█	█	
Análise e interpretação dos dados recolhidos						█	█	
Redação da dissertação	█	█	█	█	█	█	█	█
Redação Final							█	█

Anexo 6. Estabelecimento de ensino com o Ensino Secundário na Região Minho de Portugal.

Tabela 8. Número de estabelecimento de ensino que ministram o ensino secundário na Região Minho de Portugal.

	Ensino Secundário (10º, 11º e 12º)		
	Total	Público	Privado
Distrito de Viana do Castelo	34	18	16
<u>Concelhos</u>			
Arcos de Valdevez	2	1	1
Caminha	4	1	3
Melgaço	2	1	1
Monção	2	1	1
Paredes de Coura	2	1	1
Ponte da Barca	2	1	1
Ponte de Lima	4	3	1
Valença	2	1	1
Viana do Castelo	11	7	4
Vila Nova de Cerveira	3	1	2
Distrito de Braga	71	35	36
<u>Concelhos</u>			
Amares	2	1	1
Barcelos	10	6	4
Braga	15	6	9
Esposende	2	1	1
Terras de Bouro	3	2	1
Vila Verde	2	1	1
Fafe	2	1	1
Guimarães	9	4	5
Póvoa de Lanhoso	2	1	1
Santo Tirso	8	4	4
Trofa	3	2	1
Vieira do Minho	1	1	0
Vila Nova de Famalicão	10	3	7
Vizela	2	2	0
Total de estabelecimentos de ensino	105	53	52

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte (Elaboração própria)

Anexo 7. Docentes que ministram o Ensino Secundário na Região Minho de Portugal.

Tabela 9. Número de docentes que ministram no ensino secundário por concelho na Região Minho de Portugal.

	Número de docentes que ministram no ensino secundário (10º, 11º e 12º)		
	Total	Público	Privado
Distrito de Viana do Castelo	1727	1618	109
<u>Concelhos</u>			
Arcos de Valdevez	137	137	0
Caminha	108	56	52
Melgaço	48	48	0
Monção	105	105	0
Paredes de Coura	50	50	0
Ponte da Barca	92	92	0
Ponte de Lima	298	298	0
Valença	83	83	0
Viana do Castelo	734	702	32
Vila Nova de Cerveira	72	47	25
Distrito de Braga	6773	5944	829
<u>Concelhos</u>			
Amares	118	118	0
Barcelos	766	674	92
Braga	1631	1361	270
Esposende	226	226	0
Terras de Bouro	53	53	0
Vila Verde	268	268	0
Fafe	313	302	11
Guimarães	1048	1020	64
Póvoa de Lanhoso	172	172	0
Santo Tirso	549	459	90
Trofa	276	237	39
Vieira do Minho	91	91	0
Vila Nova de Famalicão	996	770	225
Vizela	231	193	38
Total de docentes	8500	7562	938

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte (Elaboração própria)

Anexo 8. Alunos matriculados no Ensino Secundário na Região Minho de Portugal.

Tabela 10. Número de alunos do ensino secundário matriculados por concelho na Região Minho de Portugal.

	Número de alunos matriculados no ensino secundário (10º, 11º e 12º)		
	Total	Público	Privado
Distrito de Viana do Castelo	9864	7725	2138
<u>Concelhos</u>			
Arcos de Valdevez	758	578	180
Caminha	829	215	614
Melgaço	240	160	80
Monção	662	434	228
Paredes de Coura	226	77	149
Ponte da Barca	445	311	134
Ponte de Lima	1484	1376	108
Valença	416	270	146
Viana do Castelo	4518	4139	379
Vila Nova de Cerveira	285	165	120
Distrito de Braga	37441	27906	9535
<u>Concelhos</u>			
Amares	557	444	113
Barcelos	4056	3015	1041
Braga	11249	8584	2665
Esposende	1209	908	301
Terras de Bouro	178	160	18
Vila Verde	1591	887	704
Fafe	1490	1280	210
Guimarães	5222	4433	789
Póvoa de Lanhoso	768	618	150
Santo Tirso	3142	2183	959
Trofa	1219	906	313
Vieira do Minho	310	310	0
Vila Nova de Famalicão	5687	3415	2272
Vizela	763	763	0
Total de alunos matriculados	47305	35631	11673

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte (Elaboração própria)

